

# VBC ENERGIA S.A.

(Atual Denominação da Serra da Mesa Energia S.A.)  
CNPJ nº 00.095.147/0001-02 – Companhia Aberta

Av. Engº Luís Carlos Berrini, 1297/1307  
13º andar – Cj. 132 – Brooklin – São Paulo – SP

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Cumprindo os preceitos legais e as disposições estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e 2000, da VBC ENERGIA S.A. (atual denominação da SERRA DA MESA ENERGIA S.A.), elaboradas de acordo com as práticas emanadas da legislação societária.

O exercício de 2001 foi marcado pelo racionamento de energia elétrica, a crise da Argentina, os atentados terroristas nos Estados Unidos e a desaceleração da economia norte-americana. Estes eventos produziram impactos negativos no cenário econômico brasileiro, principalmente em relação às taxas de crescimento, juros, inflação e à volatilidade do real frente ao dólar norte-americano, afetando significativamente os resultados das empresas de energia elétrica. Entretanto, as pressões sobre o câmbio atenuadas no final do ano, o término do racionamento e a economia norte-americana apresentando um desempenho acima das expectativas, sinalizam um cenário mais estável em 2002.

Apesar deste panorama, a VBC Energia S.A. encerrou o ano de 2001 cumprindo seu plano de reestruturação societária, através da consolidação de seus investimentos de distribuição e geração de energia elétrica nas suas controladas Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL (“CPFL”) e CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração”), conforme descrito a seguir: a) Alienação para CPFL de 40,927% de participação acionária da VBC Energia S.A. no capital social da Rio Grande Energia S.A. (“RGE”). A operação foi devidamente aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) através da resolução nº 213 de 13 de junho de 2001 e teve sua liquidação financeira realizada em 18 de julho de 2001; b) Em 01 de outubro de 2001, iniciaram-se as operações da Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga”), empresa resultante da versão de parcela do patrimônio cindido da Bandeirante Energia S.A.; c) Em 21 de dezembro de 2001, foi realizado aporte de capital em bens, direitos e obrigações relacionadas à UHE Serra da Mesa e à UHE Ponte do Silva na sua controlada SEMESA S.A. (“SEMESA”). Posteriormente, em 26 de dezembro de 2001, a VBC Energia S.A. alienou sua participação de 99,9% no capital social da SEMESA para a CPFL Geração. Estas operações foram realizadas com a anuência da ANEEL através da resolução nº 582 de 21 de dezembro de 2001; d) Em 26 de dezembro de 2001 a CPFL Geração aprovou em Assembléia Geral Extraordinária – AGE aumento de capital no montante de R\$ 569.965 mil, através de subscrição particular de ações onde a VBC Energia S.A. exerceu o direito de preferência na subscrição e integralização das ações; e) Em 31 de dezembro de 2001, encontravam-se em processo de análise pela ANEEL a alienação para a CPFL Geração da totalidade das ações detidas por VBC Energia S.A. no capital social das empresas Campos Novos Energia S.A. e Foz do Chapeco Energia S.A.. Estas operações foram aprovadas pela ANEEL através da resolução nº 096 de 25 de fevereiro de 2002.

### GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia atua na área de geração de energia através de suas controladas CPFL Geração, SEMESA e Companhia Energética Rio das Antas (“CERAN”).

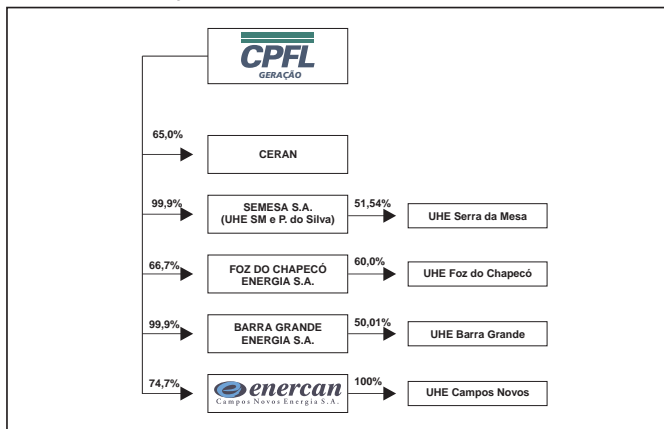
A CPFL Geração foi constituída em 19 de julho de 2000, tendo absorvido por incorporação, em 29 de setembro de 2000 a parcela cindida da CPFL. A CPFL Geração tem capacidade instalada de 143 MW, com 19 Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCH's localizadas nas Regiões de Araraquara, Bauru, Campinas, Ribeirão Preto e uma usina termelétrica no município de Americana, Região de Campinas, tendo gerado 404 GWh durante o ano de 2001. A CPFL Geração detém 99,9% do capital social da SEMESA, empresa que opera em parceria com Furnas Centrais Elétricas S.A. a UHE Serra da Mesa, usina localizada no Rio Tocantins, Estado de Goiás, com capacidade instalada de 1.275 MW, que atende o mercado de energia elétrica do Sistema Interligado Sul/Sudeste/Centro Oeste, bem como sua ligação ao sistema Norte/Nordeste, tendo gerado com suas três unidades 6.387 GWh durante o ano de 2001.

Além disso, a CPFL Geração participa com 65% na controlada CERAN juntamente com a CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica) do Rio Grande do Sul e a Desenix S.A., de Santa Catarina. O Aproveitamento Hidrelétrico do Complexo Energético Rio das Antas será composto pelas usinas Monte Claro (130 MW), 14 de Julho (100 MW) e Castro Alves (130 MW), localizadas na região de Bento Gonçalves, interior do Rio Grande do Sul, cujo Contrato de Concessão foi assinado em março de 2001.

Através da Resolução ANEEL nº 096/2002, a CPFL Geração também passou a deter participações (vide estrutura societária abaixo – base março de 2002) nos empreendimentos UHE Barra Grande localizada no Rio Pelotas, divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e potência instalada de 690 MW, UHE Campos Novos localizada no Rio Canoas em Santa Catarina e potência instalada de 880 MW e UHE Foz do Chapeco localizada no Rio Uruguai na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul com potência instalada de 855 MW.

Após a entrada em operação dos novos empreendimentos em construção, a capacidade total instalada proporcional às participações da CPFL Geração nestes empreendimentos atingirá 2.322 MW (equivalentes a 10.218 GWh de energia assegurada), que correspondem a aproximadamente 3% da capacidade instalada brasileira.

### Estrutura Societária da CPFL Geração



### Desempenho Econômico-Financeiro da CPFL Geração

	Em Milhares de Reais	
	2001*	2000
Receita Líquida	240.222	17.841
EBITDA	164.071	288
Lucro Líquido	97.656	(1.880)
Investimentos no Ano	29.485	2.141
Endividamento Líquido	202.760	6.457
Patrimônio Líquido	740.853	117.773
Capacidade Instalada - MW	800	143

\* Não reflete 100% dos efeitos das operações de aquisição, pois estas ocorreram em Dez/01 e Mar/02

### DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia atua na distribuição de energia elétrica através de suas controladas CPFL, CPFL Piratininga e RGE. A CPFL, tem sua área de concessão abrangendo 234 municípios e aproximadamente 2,9 milhões de consumidores do Estado de São Paulo, o equivalente a 90.440 km². A distribuição da energia requerida corresponde a aproximadamente 20% do mercado consumidor do Estado.

A CPFL ainda detém participações nas empresas CPFL Piratininga (96,48%), através da sua controlada Draft I Participações S.A., e RGE (66,92%).

A CPFL Piratininga é uma concessionária de serviços públicos de energia do Estado de São Paulo que atende aproximadamente 1,1 milhões de consumidores em 27 municípios nas regiões da Baixada Santista e Oeste Paulista.

A RGE é uma concessionária de serviços públicos de energia que atende a 254 municípios na região

### DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

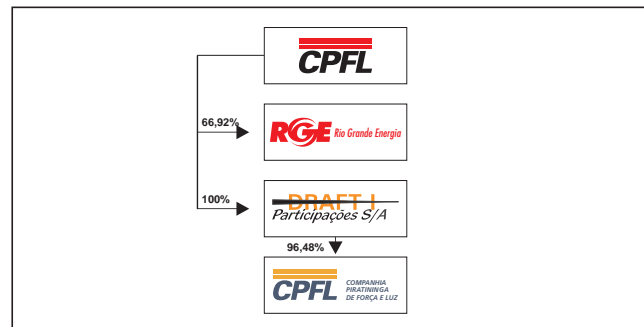
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000 (Em Milhares de Reais) ANEXO I

	(NÃO AUDITADO)			
	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
<b>1 - Geração do Valor Adicionado</b>				
Receita de Venda de Energia e Serviços	167.508	161.850	2.635.386	1.822.960
Resultado Não Operacional	879.508	3.816	533.594	994
	<b>1.047.016</b>	<b>165.666</b>	<b>3.168.980</b>	<b>1.823.954</b>
(-) Insumos				
Custo de Energia Comprada	-	-	(1.238.530)	(721.113)
Serviços de Terceiros	(6.317)	(5.203)	(76.853)	(52.993)
Materiais	(788)	(387)	(11.676)	(13.009)
Outros Custos Operacionais	(9.322)	455	(63.531)	(48.954)
	<b>(16.427)</b>	<b>(5.135)</b>	<b>(1.390.590)</b>	<b>(836.069)</b>
<b>2 - Valor Adicionado Bruto</b>	<b>1.030.589</b>	<b>160.531</b>	<b>1.778.390</b>	<b>987.885</b>
Quotas de Reintegração	(22.370)	(22.961)	(269.135)	(253.421)
<b>3 - Valor Adicionado Líquido Gerado</b>	<b>1.008.219</b>	<b>137.570</b>	<b>1.509.255</b>	<b>734.464</b>
Receitas Financeiras	72.935	32.273	248.918	96.064
Equivalência Patrimonial	13.025	11.057	-	-
Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	(9.585)	-
	<b>85.960</b>	<b>43.330</b>	<b>239.333</b>	<b>96.064</b>
<b>4 - Valor Adicionado a Distribuir</b>	<b>1.094.179</b>	<b>180.900</b>	<b>1.748.588</b>	<b>830.528</b>
<b>5 - Distribuição do Valor Adicionado</b>				
Pessoal e Encargos Sociais	3.276	2.963	101.103	123.385
Despesas (Créditos) de Tributos e Contribuições	155.286	(36.441)	556.043	355.849
Despesas Financeiras	286.478	322.123	669.081	466.937
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	649.139	(107.745)	422.361	(115.643)
	<b>1.094.179</b>	<b>180.900</b>	<b>1.748.588</b>	<b>830.528</b>

Norte-Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul correspondendo a mais de 993 mil consumidores.

Juntamente com as participações em suas controladas, a CPFL distribuiu 29.439 GWh em 2001 e passou a atender a aproximadamente 5 milhões de consumidores em 515 municípios nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.

### Estrutura Societária da CPFL



### Desempenho Econômico-Financeiro da CPFL e suas controladas

	Em Milhares de Reais					
	CPFL		RGE		CPFL Piratininga	
	2001	2000	2001	2000	2001*	2000**
Receita Líquida	3.056.270	2.413.585	805.179	678.306	577.871	n/a
EBITDA	844.608	623.060	224.934	181.246	187.091	n/a
Lucro Líquido	8.883	84.775	(16.235)	(58.396)	56.905	n/a
Investimentos no Ano	104.646	113.057	85.205	64.777	15.895	n/a
Endividamento Líquido	2.762.226	807.156	516.935	523.082	559.479	n/a
Patrimônio Líquido	3.837.621	4.264.526	861.862	953.363	214.886	n/a
Número Clientes - Mil	2.892	2.741	994	961	1.105	n/a
GWh Distribuídos	18.386	20.247	5.766	5.689	2.313	n/a

\* Referente a Out/Dez 2001

\*\* A Sociedade iniciou suas operações em 01 de outubro de 2001.

Até 30 de Setembro de 2001 a CPFL participava, juntamente com a empresa Electricidade de Portugal - EDP, no capital da Bandeirante Energia S.A., empresa que foi cindida dando origem a CPFL Piratininga.

### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA VBC ENERGIA (valores em milhares de R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Receita Líquida	157.176	148.835	2.155.740	1.425.809
EBITDA	137.473	140.737	664.047	466.355
Lucro Líquido	649.139	(107.745)	422.361	(115.643)
Investimentos no ano	2.393	3.133	200.969	73.984
Endividamento Líquido	1.317.464	2.179.099	3.058.765	2.945.184
Patrimônio Líquido	1.233.761	1.035.032	1.009.492	1.037.496

A Receita Líquida de R\$ 157.176 refere-se a 51,54% da receita líquida total até 21 de dezembro de 2001 provenientes da Usina de Serra da Mesa.

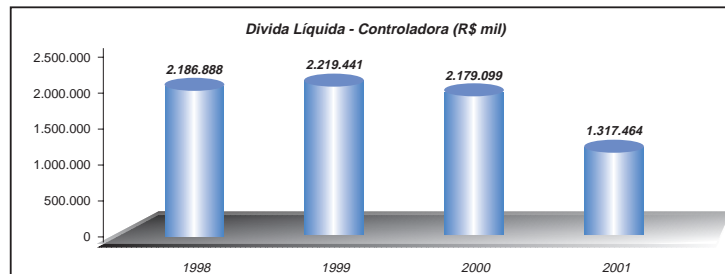
As Despesas Operacionais não sofreram variações significativas, sendo que grande parcela destas referem-se à despesas relacionadas com a UHE Serra da Mesa.

A Sociedade apresentou resultado financeiro líquido negativo de R\$ 213.543 (R\$ 289.850 no exercício anterior) sendo basicamente formado pelas contas de encargos de dívidas e atualizações monetárias das debêntures.

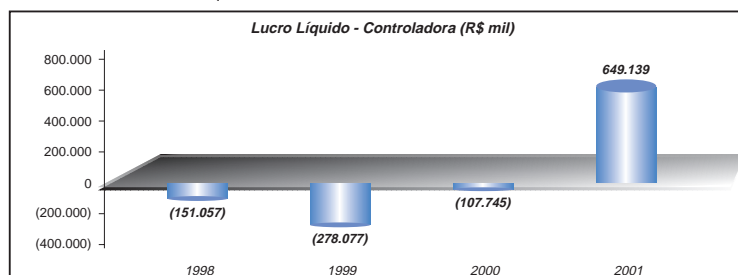
Durante o exercício, a Sociedade distribuiu Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio intermediários, no montante de R\$ 98.000 e R\$ 46.811, respectivamente. Após a apuração do seu resultado, a Administração da Sociedade propôs a provisão no montante de R\$ 305.599 a título de Juros sobre o Capital Próprio, a ser aprovado na Assembléia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras do exercício social de 2001.

A Sociedade registrou ainda uma receita de R\$ 13.025 (R\$ 11.057 em 2000), referente ao resultado de participações societárias nas controladas CPFL, CPFL Geração e RGE.

O Resultado Não Operacional da Sociedade é composto basicamente pelos ganhos na venda das participações dos investimentos da RGE e SEMESA nos valores de R\$ 454.885 e R\$ 426.450, respectivamente. Estas operações também contribuíram para a queda do seu endividamento líquido.



Em função da reestruturação e da performance das empresas controladas, foi possível reverter o prejuízo líquido de R\$ 107.745 em 2000 em um lucro líquido na Sociedade de R\$ 649.139 em 2001:



### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício de 2001 foi marcado pela evolução significativa dos indicadores econômico-financeiros da Sociedade que apresentou lucro, pela primeira vez, após 4 anos de atividades. Este resultado reflete o empenho e a dedicação de seus Administradores e funcionários em implantar o plano de reestruturação societária iniciado em 1997. Não obstante, a Administração da VBC Energia S.A. tem consciência dos desafios e oportunidades futuras do setor de energia no Brasil e ratifica sua confiança no potencial de crescimento da Sociedade dentro de um mercado em constante evolução e reestruturação.

A Administração da Sociedade congratula-se com todos os acionistas, colaboradores, funcionários, parceiros e Instituições que contribuíram para os resultados alcançados neste ano.

### A ADMINISTRAÇÃO

### BALANÇO SOCIAL - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

	(Em Milhares de Reais) ANEXO II					
	(NÃO AUDITADO)					
	2001		2000			
<b>1 - BASE DE CÁLCULO</b>						
1.1. - Faturamento Bruto			167.508			161.850
1.2. - Lucro Operacional			115.103			117.776
1.3. - Folha de Pagamento Bruta			3.276			2.963
			<b>% s/ Folha de</b>	<b>% s/ Lucro</b>	<b>% s/ Folha de</b>	<b>% s/ Lucro</b>
<b>2 - INDICADORES LABORAIS</b>	<b>Valor</b>	<b>Pagto. Bruta</b>	<b>Operacional</b>	<b>Valor</b>	<b>Pagto. Bruta</b>	<b>Operacional</b>
2.1. - Alimentação	48	1,47%	0,04%	49	1,65%	0,04%
2.2. - Encargos Sociais Compulsórios	578	17,64%	0,50%	529	17,85%	0,45%
2.3. - Previdência Privada	365	11,14%	0,32%	478	16,13%	0,41%
2.4. - Saúde	228	6,96%	0,20%	150	5,06%	0,13%
2.5. - Educação	47	1,43%	0,04%	44	1,48%	0,04%
2.6. - Outros Benefícios	4	0,12%	0,00%	7	0,24%	0,01%
<b>Total - Indicadores Laborais</b>	<b>1.270</b>	<b>38,77%</b>	<b>1,10%</b>	<b>1.257</b>	<b>42,42%</b>	<b>1,07%</b>
<b>3 - INDICADORES SOCIAIS</b>						
3.1. - Impostos taxas e contribuições	12.285	375,00%	10,67%	4.505	152,04%	3,83%
3.2. - Investimento em Meio Ambiente	2.283	69,70%	1,98%	1.824	61,56%	1,55%
<b>Total - Indicadores Sociais</b>	<b>14.568</b>	<b>444,70%</b>	<b>12,66%</b>	<b>6.329</b>	<b>213,60%</b>	<b>5,37%</b>
					<b>Nº de Empregados</b>	
<b>4 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL</b>					<b>2001</b>	<b>2000</b>
4.1. - Nº de empregados ao Final do Exercício					19	17
4.2. - Nº de Admissões Durante o Exercício					2	2

### RECURSOS HUMANOS

**1 - Educação:** a companhia mantém um plano de incentivo aos funcionários, promovendo bolsas de estudos para cursos de formação e aperfeiçoamento profissional.

**2 - Saúde:** a companhia fornece plano de assistência médico-hospitalar extensiva aos dependentes legais sem custo para os funcionários.

**3 - Alimentação:** a companhia subsidia 95% do valor total em ticket's refeição fornecidos mensalmente aos funcionários, sendo que todos recebem igual valor.

### MEIO AMBIENTE

Foram investidos em programas ambientais até 21 de dezembro de 2001 o montante de R\$ 2.283, relacionados à preservação e conservação do meio ambiente das áreas circunvizinhas à UHE de Serra da Mesa, com destaque ao Monitoramento Sismológico, Monitoramento Limnológico, Conservação da Flora e Fauna Silvestres, Monitoramento da Ictiofauna e Contingências Ambientais.

Continua...

...Continuação									
VBC ENERGIA S.A. (Atual Denominação da Serra da Mesa Energia S.A.)									
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000 (Em Milhares de Reais)									
ATIVO	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000		2001	2000	2001	2000
<b>CIRCULANTE</b>					<b>CIRCULANTE</b>				
Disponibilidades	127.351	17.974	180.432	160.807	Fornecedores	49	4.378	293.005	174.209
Consumidores, Concessionários e Permissionários	16.809	22.531	503.436	301.717	Folha de Pagamento	165	119	748	1.024
Coligadas, Controladas ou Controladora	672.732	127.747	667.794	70.462	Impostos e Contribuições Sociais	52.728	581	169.129	61.032
Devedores Diversos	-	-	22.181	16.063	Participações nos Lucros	-	-	2.217	2.234
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	20.930	18.680	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	-	-	17.883	826
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	24.652	23.901	70.208	49.370	Debêntures	21.698	82.882	78.274	82.882
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(11.761)	(9.631)	Encargos de Dívidas	-	-	18.145	9.035
Almoarifado	-	-	4.348	3.664	Empréstimos e Financiamentos	-	-	333.258	155.881
Despesas Pagas Antecipadamente	1.362	1.610	35.822	26.020	Coligadas e Controladas ou Controladora	259.759	-	265.653	-
Outros	781	698	23.988	28.272	Obrigações Estimadas	325	190	10.013	8.944
	<b>843.687</b>	<b>194.461</b>	<b>1.517.378</b>	<b>665.424</b>	Encargos do Consumidor	-	4.940	14.575	18.939
					Provisão para Contingências	-	-	27.688	21.597
					Outros	-	-	47.117	27.170
						<b>334.724</b>	<b>93.090</b>	<b>1.277.705</b>	<b>563.773</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>					<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>				
Consumidores, Concessionários e Permissionários	-	-	265.028	-	Fornecedores	-	-	105.851	-
Coligadas, Controladas ou Controladora	227.163	-	127.582	-	Debêntures	1.423.117	2.099.713	1.996.353	2.099.713
Devedores Diversos	-	-	60.292	57.046	Empréstimos e Financiamentos	-	14.478	813.167	758.480
Depósitos Vinculados a Litígios	-	-	23.664	22.039	Provisão para Contingências	5.601	2.446	24.809	23.881
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	19.557	32.934	Impostos e Contribuições Sociais	48.508	-	48.508	-
Despesas Pagas Antecipadamente	6.802	8.162	96.291	8.162	Outros	-	974	23.676	18.467
Programa de Redução de Consumo de Energia Elétrica	-	-	16.840	-		1.477.226	2.117.611	3.012.364	2.900.541
Créditos Fiscais	184.610	210.781	337.469	272.868		-	-	177.583	162.145
Outros	-	974	25.149	19.354		<b>1.477.226</b>	<b>2.117.611</b>	<b>3.189.947</b>	<b>3.062.686</b>
	<b>418.575</b>	<b>219.917</b>	<b>971.872</b>	<b>412.403</b>					
					Obrigações Especiais	-	-	133.496	-
<b>PERMANENTE</b>					Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	-	-
Investimentos	-	873.899	373.605	873.899	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Bens de Renda	-	-	-	-	Capital Social	1.035.032	1.514.636	1.035.032	1.514.636
Participações Societárias Permanentes	1.776.478	1.948.559	-	-	Reserva Legal	32.457	-	32.457	-
Ágio	6.712	6.952	243.169	138.550	Lucros (Prejuízos) Acumulados	166.272	(479.604)	(60.506)	(479.604)
Outros	57	-	14.651	13.064		<b>1.233.761</b>	<b>1.035.032</b>	<b>1.006.983</b>	<b>1.035.032</b>
	<b>1.783.247</b>	<b>2.829.410</b>	<b>631.425</b>	<b>1.025.513</b>					
Imobilizado	202	1.945	1.351.197	1.224.035	Recursos Destinados a Aumento de Capital	-	-	2.509	2.464
Diferido	-	-	1.138.768	1.336.580					
	<b>1.783.449</b>	<b>2.831.355</b>	<b>3.121.390</b>	<b>3.586.128</b>					
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>3.045.711</b>	<b>3.245.733</b>	<b>5.610.640</b>	<b>4.663.955</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>3.045.711</b>	<b>3.245.733</b>	<b>5.610.640</b>	<b>4.663.955</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações contábeis

#### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS – Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000 (Em Milhares de Reais Exceto Lucro (Prejuízo) por Ação)

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>				
Fornecimento de Energia	-	-	2.293.322	1.599.520
Suprimento de Energia	167.508	161.850	314.651	204.414
Outras Receitas	-	-	27.413	19.026
	<b>167.508</b>	<b>161.850</b>	<b>2.635.386</b>	<b>1.822.960</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>				
Impostos e Contribuições sobre a Receita	(6.114)	(5.909)	(455.227)	(371.846)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(4.218)	(7.106)	(24.419)	(25.305)
	<b>(10.332)</b>	<b>(13.015)</b>	<b>(479.646)</b>	<b>(397.151)</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>157.176</b>	<b>148.835</b>	<b>2.155.740</b>	<b>1.425.809</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>				
Pessoal	(3.276)	(2.963)	(101.103)	(123.385)
Material	(788)	(387)	(11.676)	(13.009)
Serviços de Terceiros	(6.317)	(5.203)	(76.853)	(52.993)
Energia Comprada para Revenda	-	-	(1.115.637)	(655.493)
Conta de Consumo de Combustível	-	-	(122.893)	(65.620)
Depreciação e Amortização	(22.370)	(22.961)	(269.135)	(253.421)
Outras Receitas (Despesas)	(9.322)	455	(63.531)	(48.954)
	<b>(42.073)</b>	<b>(31.059)</b>	<b>(1.760.828)</b>	<b>(1.212.875)</b>
<b>RESULTADO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>	<b>115.103</b>	<b>117.776</b>	<b>394.912</b>	<b>212.934</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS</b>				
Receita Financeira	72.935	32.273	248.918	96.064
Despesa Financeira	(286.478)	(322.123)	(669.081)	(466.937)
Juros sobre Capital Próprio	(352.410)	16.695	(352.410)	14
	<b>(665.953)</b>	<b>(273.155)</b>	<b>(772.573)</b>	<b>(370.859)</b>
Resultado de Participações Societárias	13.025	11.057	-	-
	<b>(437.825)</b>	<b>(144.322)</b>	<b>(377.661)</b>	<b>(157.925)</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>				
Receita Não Operacional	921.247	6.394	570.766	15.146
Despesa Não Operacional	(41.739)	(2.578)	(37.172)	(14.152)
	<b>879.508</b>	<b>3.816</b>	<b>533.594</b>	<b>994</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA</b>	<b>441.683</b>	<b>(140.506)</b>	<b>155.933</b>	<b>(156.931)</b>
Créditos (Despesas) de Contribuição Social	(37.238)	12.233	(19.715)	10.668
Créditos (Despesas) de Imposto de Renda	(107.716)	37.223	(56.682)	30.634
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES</b>	<b>296.729</b>	<b>(91.050)</b>	<b>79.536</b>	<b>(115.629)</b>
Participações de Acionistas Não Controladores	-	-	(9.585)	-
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>296.729</b>	<b>(91.050)</b>	<b>69.951</b>	<b>(115.629)</b>
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	352.410	(16.695)	352.410	(14)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>649.139</b>	<b>(107.745)</b>	<b>422.361</b>	<b>(115.643)</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$</b>	<b>325,19</b>	<b>(53,98)</b>		

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

#### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000 (Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Lucros (Prejuízos) Acumulados		Total
			2001	2000	
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 1999</b>	<b>1.514.636</b>	-	(371.859)		<b>1.142.777</b>
Prejuízo do Exercício	-	-	(107.745)		(107.745)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2000</b>	<b>1.514.636</b>	-	<b>(479.604)</b>		<b>1.035.032</b>
Redução do Capital Social (para absorção de prejuízos acumulados)	(479.604)	-	479.604		-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	649.139		649.139
Destinação do Lucro:					
- Constituição da Reserva Legal	-	32.457	(32.457)		-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(352.410)		(352.410)
- Dividendos Propostos	-	-	(98.000)		(98.000)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2001</b>	<b>1.035.032</b>	<b>32.457</b>	<b>166.272</b>		<b>1.233.761</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000 (Valores Expressos em Milhares de Reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL** – A VBC Energia S.A. ("VBC" ou "Sociedade"), atual denominação da Serra da Mesa Energia S.A., é uma sociedade anônima de capital aberto que foi constituída em 8 de junho de 1994 e tem por objeto social participar em outras sociedades primariamente dedicadas à geração e distribuição de energia elétrica. A Sociedade participava em 31 de dezembro de 2001, direta ou indiretamente das seguintes controladas em conjunto: **1.1. Participações Diretas: Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL** – A Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL"), é uma sociedade anônima de capital aberto, que tem por objeto principal a prestação de serviços públicos de distribuição e comercialização de energia elétrica, para o que possui concessão por prazo de 30 anos, que se encerra em 2027, podendo este prazo ser estendido por igual período adicional. A área de concessão da CPFL contempla 234 municípios do Estado de São Paulo, equivalente a 90.440 km<sup>2</sup>, abrangendo uma economia bastante diversificada, baseada principalmente na indústria, serviços e agropecuária. A distribuição da energia requerida atualmente corresponde a aproximadamente 20% do mercado consumidor do Estado de São Paulo e a CPFL atende a cerca de 2.892 mil consumidores. **CPFL Geração de Energia S.A.** – A CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração"), é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 19 de julho de 2000, tendo absorvido por incorporação, em 29 de setembro de 2000 a parcela cindida da CPFL, relacionada às atividades de geração de energia elétrica, conforme autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), através da Resolução nº 366 de 13 de setembro de 2000. A CPFL Geração possui potência nominal de 143,46 MW, contando com 19 usinas hidrelétricas e 01 usina termelétrica, todas localizadas no interior do Estado de São Paulo e atua como geradora e comercializadora de energia elétrica. A CPFL Geração detém concessão para serviços de geração de energia elétrica até o ano de 2027, podendo a mesma ser prorrogada por prazo adicional de 30 anos. A CPFL Geração controla atualmente a SEMESA S.A., sociedade que, em parceria com Furnas Centrais Elétricas S.A., controlam a exploração comercial da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, anteriormente controlada pela Sociedade (Vide Item 1.2). **Campos Novos Energia S.A.** – A Sociedade, em 8 de junho de 2001, adquiriu 67% do capital social da Campos Novos Energia S.A. ("ENERCAN"), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de julho de 1999, com o objetivo de construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico de Campos Novos, cuja potência instalada será de 880 MW, localizado no Rio Canoas, entre os municípios de Campos Novos e Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina. A concessão foi outorgada pela ANEEL através do contrato nº 043/2000 de 29 de maio de 2000. As obras tiveram início em agosto de 2001 e estão em andamento as escavações das principais estruturas. O prazo para conclusão das obras está previsto para junho de 2006. **Foz do Chapecó Energia S.A.** – A Foz do Chapecó Energia S.A. ("Foz do Chapecó"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de julho de 2001 na qual a Sociedade possui participação de 66,67%. Por sua vez Foz do Chapecó detém participação de 60% no Consórcio Energético Foz do Chapecó que tem como objetivo construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico de Foz do Chapecó, cuja potência

#### DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000 (Em de Milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
<b>ORIGENS DE RECURSOS:</b>				
<b>Das Operações</b>				
Lucro (Prejuízo) do Exercício	649.139	(107.745)	422.361	(115.643)
<b>Itens Que Não Afetam o Capital Circulante:</b>				
Recomposição Tarifária Extraordinária	-	-	(159.177)	-
Depreciações e Amortizações	22.370	22.961	269.135	253.421
Variações Monetárias de Longo Prazo	284.439	282.716	344.805	336.279
Resultado de Participações Societárias	(13.025)	(11.057)	-	-
Resultados Não Realizados	-	-	226.778	-
Ganhos e Perdas de Capital	9.079	(3.672)	36.701	(3.819)
Provisão para Contingências Fiscais	3.155	2.446	3.155	4.857
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	26.171	(49.456)	26.374	(58.268)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Longo Prazo	48.509	-	48.509	-
Baixa de Ativo Imobilizado	-	57	8.791	16.578
Realização de Créditos Fiscais	-	-	(12.542)	9.844
Amortização de Ágio	788	784	29.877	20.013
Participação de Minoritários	-	-	9.585	-
Outros	6	-	13.972	3.355
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>1.030.631</b>	<b>137.034</b>	<b>1.268.684</b>	<b>466.617</b>
<b>De Terceiros</b>				
Resgate de Ações Preferenciais da Controlada	60.340	8.745	-	-
Redução do Realizável a Longo Prazo	-	112.961	-	-
Alienação de Investimentos	526.910	-	246.349	-
Ingresso de Financiamentos de Longo Prazo	5.510	5.107	560.076	196.090
Contribuição e Doação do Consumidor	-	-	12.866	10.066
Transferência do Realizável a Longo Prazo para o Circulante	2.235	1.360	38.255	21.160
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	79.375	134.466	-	-
Outros	131	239	7.108	1.566
	<b>674.501</b>	<b>262.878</b>	<b>864.654</b>	<b>228.882</b>
<b>Total das Origens</b>	<b>1.705.132</b>	<b>399.912</b>	<b>2.133.338</b>	<b>695.499</b>
<b>APLICAÇÕES DE RECURSOS:</b>				
No Realizável a Longo Prazo	227.163	22.246	129.958	3.232
Imobilizado e Bens de Renda	2.393	3.133	200.969	73.984
Investimentos	328.221	11.678	205.629	133.945
Diferido	-	-	1.183	3.564
Redução do Exigível a Longo Prazo	-	-	-	31.630
Transferência do Exigível de Longo Prazo para o Circulante	289.220	250.855	421.801	363.249
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	450.410	-	451.666	-
Resgate de Ações Preferenciais	-	-	26.976	-
Programa de				

UHE 14 de Julho. **Nova I Participações S.A.** – A Nova I Participações S.A. (“Nova I”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 06 de outubro de 1999, com o controle acionário originalmente detido pela controlada CPFL que, em 07 de novembro de 2001 transferiu a totalidade das ações da Nova I para a controlada CPFL Geração pelo seu valor patrimonial contábil, para viabilizar futuros projetos de participações e parcerias da CPFL Geração em novos investimentos. A Nova I não manteve atividades operacionais durante o exercício de 2001. **2. PROGRAMA EMERGENCIAL DE REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA** – Durante o ano de 2001, as Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do país passaram por uma situação hidrológica crítica que comprometeu a capacidade de geração de energia elétrica nessas Regiões. Esse fato requereu a adoção de medidas emergenciais para redução do consumo de energia. Para tanto, foi criado pelo Governo Federal, o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, através da Medida Provisória nº 2.147, de 15 de maio de 2001, atualizada pela Medida Provisória nº 2198-3 de 28 de junho de 2001, que impôs metas de redução de consumo para as classes residencial (consumo superior a 100 KWh) e comercial da ordem de 20%, industrial de 15% a 25%, rural de 10% e serviços públicos de 10% a 35%, tomando como base a média de consumo verificada no período de maio a julho de 2000. Essa situação impactou significativamente as operações da CPFL, CPFL Piratininga e CPFL Geração, bem como as operações das empresas geradoras e distribuidoras de energia nas Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, posto que a grande parte da aquisição de energia pelas empresas distribuidoras está baseada em contratos de longo prazo com as empresas geradoras, que garantem o despacho da energia em volumes pré-determinados. Esses contratos previam a possibilidade de ocorrência de situação hidrológica crítica, o que resultaria na necessidade de os geradores compensarem as empresas distribuidoras por perdas incorridas em decorrência dessa situação. Tendo em vista as ramificações operacionais, financeiras e jurídicas decorrentes dos contratos, chegou-se a um impasse no setor elétrico brasileiro, que somente foi solucionado através de um acordo entre os geradores e distribuidores de energia no final de 2001. Esse acordo, aprovado pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE e pela ANEEL, determinou a necessidade de recomposição tarifária extraordinária às distribuidoras, o que foi aprovado através da Medida Provisória nº 14 (sujeita a aprovação no Congresso Nacional), de 21 de dezembro de 2001, que prevê o cumprimento de certas condições pelas empresas signatárias do acordo e cujas principais determinações são como segue: – Aumento extraordinário de 2,9% das tarifas de fornecimento de energia elétrica a consumidores rurais e residenciais (exceto aqueles considerados como de “baixa renda”) e de 7,9% para todos os demais consumidores, vigorando pelo prazo necessário para que as distribuidoras de energia elétrica recuperem as perdas incorridas durante o período de redução do consumo de energia. Essas perdas foram determinadas com base na comparação das receitas de venda de energia efetivamente verificadas no período compreendido entre 1º de junho de 2001 e a data de término do programa de redução de energia, e as receitas projetadas pelas distribuidoras para esse período, ajustadas por certos fatores, desconsiderando-se a ocorrência do plano de racionamento. Os cálculos dessas perdas estão penderes de revisão e homologação pela ANEEL, o que deverá ocorrer no decorrer do ano de 2002. – Os compromissos de compra de energia junto às empresas geradoras devem ser honrados pelas distribuidoras na sua totalidade, sendo aplicado a eles um fator redutor de cerca de 2,34%. Tendo em vista os impactos decorrentes do racionamento na situação financeira das empresas distribuidoras de energia, o Governo Federal aprovou um programa de apoio emergencial e excepcional às concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, por meio de recursos disponibilizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Esse apoio está sendo viabilizado através da concessão de empréstimos, no valor de até 90% das perdas relacionadas ao programa de redução de energia, calculadas na forma anteriormente descrita. Sobre os empréstimos obtidos incidirão juros de 1% a.a., a título de spread, acima da taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. Esses empréstimos são garantidos pelos recebíveis decorrentes do aumento extraordinário acima descrito. A parcela das despesas com a compra de energia no âmbito do MAE denominada “Energia Livre”, realizadas até dezembro de 2001 decorrentes da redução da geração da energia elétrica nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e consideradas nos denominados contratos iniciais e equivalentes, serão repassados aos consumidores pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional. Os valores relacionados à recomposição tarifária extraordinária montam a R\$ 244.372 no consolidado em 2001, tendo sido registrados na conta “Consumidores, Concessionários e Permissionários”, parte no Ativo Circulante no valor de R\$ 89.205 e parte no Realizável a Longo Prazo, no valor de R\$ 155.167, em contrapartida ao resultado do exercício, à conta de “Fornecimento de Energia”. Os valores relacionados à comercialização de energia livre no âmbito do MAE a ser recuperados também pelos aumentos tarifários retro mencionados estão registrados na conta de “Consumidores, Concessionários e Permissionários” no ativo realizável a longo prazo, em contrapartida às receitas de fornecimento de energia no valor de R\$ 109.861. Os valores a pagar aos geradores de energia relativamente a esta energia estão registrados na conta de “Fornecedores”, no exigível a longo prazo pelo valor de R\$ 105.851 em contrapartida à conta de despesa com “Energia Comprada para Revenda”. Os dados que serviram de base ao registro da energia livre foram divulgados pelo MAE em 13 de março de 2002 e foram registradas no longo prazo vez que dependem de definições da agência reguladora quanto a sua forma de cobrança e liquidação. **3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** – As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e normas complementares editadas pela CVM, que não prevêm o reconhecimento dos efeitos inflacionários a partir de 1º de janeiro de 1996. Tais demonstrações estão também em consonância com a legislação específica aplicável às empresas concessionárias de energia elétrica. **Principais Práticas Contábeis:** a) Disponibilidades e Títulos e Valores Mobiliários – Incluem as aplicações financeiras que estão registradas ao custo, acrescido de rendimentos proporcionais auferidos até a data dos balanços. b) Consumidores, Concessionários e Permissionários – Inclui o fornecimento e o suprimento faturados de energia elétrica a consumidores finais e outras concessionárias bem como as receitas decorrentes de energia elétrica consumida mas ainda não faturada aos mesmos, contabilizados em consonância com o regime de competência e conforme determinado por informações disponibilizadas pelo MAE. c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – Está constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber de consumidores, com base em análise dos créditos considerados de difícil recebimento e da experiência das Sociedades relativamente a seus consumidores, incluindo débitos de poderes públicos e parcelamentos de débitos. d) Almoxarifado – Os materiais em almoxarifado, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados à construção, classificados no imobilizado, estão registrados pelo custo médio de aquisição. e) Investimentos – As participações em controladas (diretas e indiretas) são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; as demais participações estão registradas ao custo de aquisição, deduzidas de provisões para redução ao valor de mercado, quando aplicável. f) Imobilizado e Bens de Renda – Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, a taxas variáveis de 2% a 20%, de acordo com a natureza do bem, que são determinadas pela Resolução da ANEEL nº 044/99. Em função do disposto na Instrução Geral nº 35 e 36 do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários relacionados aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Mesmo procedimento foi adotado para os juros computados sobre o capital próprio que financiou as obras em andamento até 31 de dezembro de 2000, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica. g) Diferido – Os saldos relacionados a ágios pagos na aquisição de controladas e decorrentes da incorporação de empresas controladoras são amortizados com base no método linear, pelo prazo de 10 anos, de acordo com as disposições da Instrução 247/96 da CVM, uma vez que estão relacionados à rentabilidade futura dos investimentos adquiridos. Adicionalmente, conforme mencionado na Nota 14, as controladas CPFL e RGE optaram pelo diferimento da variação cambial incorrida durante o ano de 2001, que será amortizada de maneira linear a partir do exercício de 2001, pelo prazo de quatro anos ou em função do vencimento dos passivos que deram origem à variação cambial, o que ocorrer primeiro. h) Atualizações de Direitos e Obrigações - Os direitos e obrigações sujeitos a reajustes pelos efeitos da inflação, ou variação cambial, por força contratual ou dispositivos legais, estão atualizados até a data dos balanços. i) Imposto de Renda e Contribuição Social – Calculados conforme alíquotas vigentes à data dos balanços. Conforme disposições da Deliberação CVM nº 273/98, a Sociedade e suas controladas registraram em suas demonstrações contábeis os efeitos do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais, base negativa da Contribuição Social e diferenças intertemporárias. j) Estimativas – A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas de contabilidade emanadas da legislação societária brasileira requer que a Administração da Sociedade e suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas das Sociedades, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela “A” – CVA, provisão para créditos de liquidação duvidosa, créditos fiscais diferidos, provisão para contingências e planos de aposentadoria e pensão. k) Planos de Aposentadoria e pensão – Em atendimento às determinações da Deliberação nº 371, de 13 de dezembro de 2000, a CPFL, CPFL Geração, CPFL Piratininga e RGE (Sociedades que mantêm planos suplementares de aposentadoria a seus empregados) optaram por reconhecer a parcela de obrigações atuariais excedentes em relação ao ativo do plano, debitando o resultado do exercício em 5 anos a partir de janeiro de 2002. l) Lucro (Prejuízo Líquido) por Ação – Determinado considerando-se a quantidade de ações em circulação à data do balanço. **Demonstrações Contábeis Consolidadas** - As demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2001 e 2000 abrangem os saldos e transações da Sociedade e de suas controladas CPFL e CPFL Geração consolidadas proporcionalmente à participação detida pela Sociedade nestas investidas. As demonstrações da ENERCAN e Foz do Chapecó foram integralmente consolidadas pela Sociedade, com destaque da participação de acionistas não controladores no patrimônio líquido. Na consolidação da RGE, onde a Sociedade possuía até 30 de junho de 2001 participação ajustada de 40,95% do capital total, suas receitas e despesas foram consolidadas proporcionalmente a essa participação.

	Participações Diretas sobre o Capital					
	2001			2000		
	Total	Votante	Ajustada (1)	Total	Votante	Ajustada (1)
<b>Coligadas e Controladas</b>						
CPFL	34,13%	33,49%	36,25%	35,48%	33,49%	35,62%
CPFL Geração	43,84%	43,84%	-	35,48%	33,49%	35,48%
ENERCAN	71,44%	71,44%	-	-	-	-
Foz do Chapecó	66,67%	66,67%	-	-	-	-
RGE	-	-	-	40,93%	40,79%	40,95%
	<b>Participações Indiretas sobre o Capital</b>					
	2001			2000		
	Total	Votante	Ajustada (1)	Total	Votante	Ajustada (1)
RGE	22,84%	22,43%	24,28%	-	-	-
CPFL Piratininga	32,92%	32,74%	-	-	-	-
SEMESA	43,84%	42,23%	-	-	-	-
CERAN	28,49%	27,45%	-	-	-	-
Nova I	43,84%	42,23%	-	-	-	-

(1) A participação é ajustada na existência de ações em tesouraria. Adicionalmente, os seguintes procedimentos de consolidação foram adotados: – Eliminação das participações no Patrimônio Líquido das controladas; – Eliminação do resultado de Equivalência Patrimonial; - Eliminação dos

salvos de Ativos e Passivos entre as empresas consolidadas; e – Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de transações entre as Empresas. As práticas contábeis adotadas pelas coligadas e controladas são consistentes com aquelas adotadas pela Sociedade. **4. REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA** – Com o propósito de se adequar à reforma do setor elétrico brasileiro e conforme estabelecido nos contratos de concessão entre as empresas subsidiárias e agência reguladora ANEEL, a Sociedade deu continuidade ao seu processo de reorganização societária realizando as operações conforme segue: (a) A VBC vendeu para CPFL a participação representativa de 40,927% do capital social da RGE. Esta operação foi aprovada pela ANEEL através da Resolução nº 213 de 13 de junho de 2001. O valor da operação foi de R\$ 844.887. (b) Com o objetivo de propiciar individualmente aos controladores da Bandeirante (ENERPAULO - Energia Paulista Ltda. (“ENERPAULO”) e Draft I Participações S.A. (“Draft I”) empresa controlada da CPFL), maior agilidade e eficiência para enfrentar os novos desafios impostos pelo mercado livre de energia, em 1º de outubro de 2001, foi aprovada sua cisão parcial com versão do patrimônio cindido à CPFL Piratininga. Após a efetivação da cisão da Bandeirante, seus controladores permutaram a totalidade de suas ações, com o objetivo da Draft I participar apenas do capital social da CPFL Piratininga e a ENERPAULO do capital social da Bandeirante. Os acionistas não controladores receberam ações da CPFL Piratininga em igual proporção às ações possuídas na data da cisão parcial da Bandeirante, de modo a manter inalteradas suas correspondentes participações no patrimônio total. Para fins de cisão foi utilizado como base o balanço patrimonial da Bandeirante levantado em 30 de setembro de 2001. A participação atual da CPFL, através da controlada Draft I, no capital social da CPFL Piratininga é de 96,48%. (c) Em 07 de novembro de 2001, foi transferido para CPFL Geração, o controle acionário da Nova I, originalmente pertencente à CPFL pelo seu valor patrimonial contábil, para viabilizar futuros projetos de participações e parcerias da CPFL Geração em novos investimentos. Essa empresa não manteve atividades operacionais durante o exercício de 2001. (d) Em 21 de dezembro de 2001, a Sociedade transferiu bens, direitos e obrigações relacionados à Usina de Serra da Mesa para a subsidiária integral SEMESA, no montante de R\$ 69.631. Em 26 de dezembro de 2001, a Sociedade efetivou a alienação para sua controlada CPFL Geração de 999 ações ordinárias nominativas de emissão de SEMESA, de titularidade da Sociedade, representativas de 99,9% do capital social da SEMESA, pelo valor total de R\$ 486.365. Em 26 de dezembro de 2001 houve a liquidação parcial da primeira parcela no valor de R\$ 259.202. Em 31 de dezembro de 2001 remanescem registrados os saldos de R\$ 11.179 no ativo circulante, relativos ao saldo da primeira parcela e R\$ 227.163, relativos à segunda parcela, no realizável a longo prazo, ambos registrados nas contas “Coligadas, Controladas ou Controladora”. Os créditos auferidos pela Sociedade em 26 de dezembro de 2001, decorrentes da operação de venda da SEMESA, foram utilizados para integralizar sua participação em aumentos de capital na CPFL Geração. Os ganhos líquidos, antes dos efeitos fiscais, no valor de R\$ 426.450, auferidos nessa transação foram reconhecidos no resultado do exercício à conta receitas não operacionais. **5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS** – De acordo com o contrato geral firmado entre FURNAS e a Sociedade, 51,54% da energia gerada pela UHE Serra da Mesa pertenciam à Sociedade até que, conforme mencionado anteriormente, houvesse a transferência dos bens, direitos e obrigações relacionados à Usina de Serra da Mesa para SEMESA (Vide Letra “d” da Nota 4). Esta parcela integralmente vendida para Furnas era registrada como receita de suprimento de energia. Em 31 de dezembro de 2001, a Sociedade registra o saldo de R\$ 16.809, relativo ao saldo a receber do suprimento de energia até 21 de dezembro de 2001, (R\$ 22.531 em 31 de dezembro de 2000); a partir de 22 de dezembro de 2001, o contrato com FURNAS e a respectiva receita de suprimento de energia elétrica foram transferidos para a controlada SEMESA. Os saldos consolidados de contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários em 31 de dezembro de 2001 e 2000 são como segue:

	Consolidado 2001			2000
	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos mais de 90 dias	
Residencial	35.287	17.996	4.420	57.703
Industrial	29.618	12.148	5.480	47.246
Comercial	13.088	8.507	2.892	24.487
Rural	4.337	1.056	342	5.735
Poder Público	3.375	1.888	2.108	7.371
Iluminação Pública	6.131	3.255	10.601	19.987
Serviço Público	2.955	3.935	5.135	12.025
<b>Faturado</b>	<b>94.791</b>	<b>48.785</b>	<b>30.978</b>	<b>174.554</b>
Não Faturado	72.222	-	-	72.222
Outros	1.144	732	913	2.789
Recomposição Tarifária	89.205	-	-	89.205
Concessionárias	164.666	-	-	164.666
<b>Total</b>	<b>422.028</b>	<b>49.517</b>	<b>31.891</b>	<b>503.436</b>

**Recomposição Tarifária Extraordinária** - Conforme descrito na Nota 2, o saldo de recomposição tarifária extraordinária refere-se às perdas resultantes do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica. No consolidado o valor total a recuperar através dos aumentos tarifários extraordinários autorizados pelo Poder Concedente (ANEEL), é estimado em R\$ 244.372, dos quais R\$ 155.167 deverão ser realizados em prazo superior a 12 meses, conforme estimativas da Sociedade e de suas controladas, portanto, foram registrados na conta “Consumidores, Concessionários e Permissionários”, no ativo Realizável a Longo Prazo. **6. COLIGADAS, CONTROLADAS OU CONTROLADORA** - Estão registrados nesta rubrica as operações realizadas com nossas coligadas, controladas e controladora, cujos saldos em 31 de dezembro de 2001 e 2000 são como segue:

	Controladora	
	2001	2000
VBC Participações S.A.	648.535	70.462
RGE	-	31.364
CPFL	3.064	25.921
CPFL Geração	21.133	-
<b>Subtotal</b>	<b>672.732</b>	<b>127.747</b>
<b>Longo Prazo:</b>		
CPFL Geração	227.163	-
<b>Total</b>	<b>899.895</b>	<b>127.747</b>

VBC Participações S.A. (“VBC Participações”) – O saldo é representado em sua totalidade por contratos de mútuo celebrados com a controladora VBC Participações, sendo que o montante de R\$ 635.102 é atualizado monetariamente pela TJLP e acrescido de juros de 3,00% ao ano e o montante de R\$ 13.433 é atualizado monetariamente pela variação do IGP-M acrescido de juros de 9,5% ao ano. CPFL – O saldo é integralmente representado por dividendos a receber da controlada CPFL. CPFL Geração – No curto prazo o saldo é composto pelos valores de R\$ 9.954 relativos a dividendos a receber e R\$ 11.179 referentes ao saldo remanescente da primeira parcela na venda da SEMESA; o saldo registrado no longo prazo representa a totalidade da segunda parcela e é atualizado pela variação do IGP-M, acrescida, de juros de 9,5% ao ano. **7. DEVEDORES DIVERSOS**

	Consolidado	
	2001	2000
<b>Curto Prazo</b>		
Créditos a Receber – CESP	13.280	11.150
Outros	8.901	4.913
<b>Total</b>	<b>22.181</b>	<b>16.063</b>
<b>Longo Prazo</b>		
<b>Créditos a Receber – CESP</b>	<b>60.292</b>	<b>57.046</b>

A rubrica “Créditos a Receber – CESP”, refere-se à parcela da Conta de Resultado a Compensar – CRC transferida para a CESP. Em dezembro de 2001 esses créditos foram transferidos à controlada Draft I Participações S.A. (“DRAFT I”), como adiantamento para futuro aumento de capital. Esse saldo é recebível em parcelas semestrais, até 2009, sendo atualizado de acordo com a variação do dólar norte-americano. **8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS** – No consolidado, os saldos no ativo circulante e no realizável a longo prazo, são representados, por debêntures da 9ª emissão da Sociedade, assumidas pela controladora VBC Participações e subscritas pela DRAFT I (controlada integral da CPFL). Em 31 de dezembro de 2001 a rubrica registra no curto e longo prazo o saldo total de R\$ 40.487 (R\$ 51.614 em 31 de dezembro de 2000). Seu resgate se dará em 9 (nove) parcelas semestrais, tendo ocorrido o primeiro em setembro de 1999. Sua atualização está atrelada à cesta de moedas do BNDES, com juros fixos de 5% a.a. e taxa variável com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos, que em 2001 foi em torno de 15,46% a.a. (5,26% a.a. para 2000). **9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS**

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Tributos Compensáveis	24.652	23.901	46.389	31.425
Créditos de CSSL e IR	-	-	23.819	17.945
<b>Total</b>	<b>24.652</b>	<b>23.901</b>	<b>70.208</b>	<b>49.370</b>

Os tributos compensáveis compõem-se principalmente por imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, sendo que os créditos tributários apurados até 31 de dezembro de 2000 estão atualizados monetariamente pela “Taxa SELIC”. A rubrica “Créditos de CSSL e IR a Compensar” representam principalmente recolhimentos a maior efetuados pela CPFL, originários da decisão favorável da Receita Federal em 1998 quanto à dedutibilidade do contrato de saldamento do déficit previdenciário junto à Fundação CESP. **10. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE**

	Consolidado			
	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2001	2000	2001	2000
Conta de compensação de variação de custos da parcela “A”	30.721	-	89.489	-
Outras	5.101	26.020	6.802	8.162
<b>Total</b>	<b>35.822</b>	<b>26.020</b>	<b>96.291</b>	<b>8.162</b>

**Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela “A” – CVA** – A Medida Provisória nº 2227, de 4 de setembro de 2001, em conjunto com as Portarias Interministeriais nº 296, de 25 de outubro de 2001 e nº 25, de 24 de janeiro de 2002, e Resolução nº 90 de 18 de fevereiro de 2002 da ANEEL criaram mecanismo de compensação das variações ocorridas nos itens não gerenciáveis pelas empresas concessionárias de distribuição de energia elétrica que determinam o reajuste anual das suas tarifas, a saber: I – tarifa de repasse de potência proveniente de Itaipu Binacional; II – tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional; III – quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; IV – tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica; V – compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos; VI – energia comprada estabelecida nos contratos iniciais; VII – Quota de Reserva Global de Reversão – RGR; VIII – Taxa de Fiscalização de Serviço de Energia Elétrica – TFSEE; e IX – encargos de conexão. Dessa forma, os custos pagos a maior ou a menor dos itens acima listados, apurados para o período de 26 de outubro a 31 de dezembro de 2001 e contabilizados no curto prazo, comparativamente ao último reajuste anual de tarifas, serão computados no cálculo do reajuste tarifário do exercício subsequente. A Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001 e Resolução ANEEL nº 90, de 18 de fevereiro de 2002, permitiram que o cálculo da CVA retroagisse a janeiro de 2001; entretanto, os efeitos apurados entre 1º de janeiro de 2001 e 25 de outubro de 2001, contabilizados no realizável ou exigível a longo prazo, serão compensados mediante extensão do prazo de vigência dos reajustes tarifários

extraordinários aprovados para fins de compensação das perdas decorrentes do programa emergencial de redução do consumo de energia elétrica, conforme descrito na Nota 2, após a conclusão da recuperação dessas perdas. Os valores incluídos na Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" serão reajustados com base na variação da taxa SELIC. **11. CRÉDITOS FISCAIS**

Período de Apuração	Controladora			
	2001	2000	2001	2000
1996 a 1998	28.841	4.385	33.226	59.397
1999	77.242	24.686	101.928	101.928
2000	37.223	12.233	49.456	49.456
<b>Totais</b>	<b>143.306</b>	<b>41.304</b>	<b>184.610</b>	<b>210.781</b>

Créditos Fiscais por Empresa	Controladora	
	2001	2000
VBC ENERGIA	301.436	210.781
CPFL	9.969	38.540
CPFL Geração	22	473
RGE	26.042	23.074
<b>Totais</b>	<b>337.469</b>	<b>272.868</b>

Em atendimento à Deliberação CVM nº 273/98 a Sociedade e suas controladas reconheceram créditos fiscais relativos a prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis. A Sociedade estima realizar estes créditos ao longo do período da concessão de suas controladas. As controladas em conjunto CPFL e RGE estimam realizar os principais créditos em até 5 anos, com base em projeção de lucros tributáveis futuros. Essas estimativas são periodicamente revisadas de modo que eventuais alterações sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações contábeis. A diferença entre os créditos fiscais da controladora nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas refere-se ao efeito da eliminação, para efeitos de consolidação, de ganhos relacionados a venda dos investimentos na RGE e SEMESA, respectivamente para CPFL e CPFL Geração conforme descrito na Nota 21.3 **Demonstração da Apuração dos Créditos Fiscais** – O quadro a seguir demonstra a apuração do crédito fiscal apresentado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária total de 33% para imposto de renda e contribuição social em 2001 e 2000.

Lucro (Prejuízo) Antes dos Impostos	Controladora	
	2001	2000
<b>CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - Alíquota de 8%</b>	<b>441.683</b>	<b>(140.506)</b>
Crédito (Débito) Fiscal referente à Contribuição Social sobre o Lucro	(35.335)	11.240
Diferenças Permanentes:		
Equivalência Patrimonial	1.042	451
Outras	(2.945)	542
<b>Crédito (Débito) de CSSL na Demonstração de Resultado</b>	<b>(37.238)</b>	<b>12.233</b>

Composição do Capital	2001				2000		
	CPFL	CPFL Geração	ENERCAN	Foz do Chapecó	CPFL	CPFL Geração	RGE
<b>Quantidade de Ações</b>							
Ações Ordinárias	12.814.692.661	45.410.729.892	86.800.000	1.451.798	12.887.642.948	12.887.642.950	630.688.323
Ações Preferenciais	24.511.914.583	88.396.977.248	-	-	24.584.771.560	24.584.771.560	144.737.500
Total de Ações	37.326.607.244	133.807.707.140	86.800.000	1.451.798	37.472.414.508	37.472.414.508	775.425.823
Ações em Tesouraria	2.190.527.340	-	-	-	145.807.264	-	444.836
<b>Em Poder da Investidora</b>							
- Ações Ordinárias	4.316.709.793	19.177.047.206	62.012.222	967.907	4.316.709.793	4.316.709.793	257.228.985
- Ações Preferenciais	8.421.136.772	39.479.644.020	-	-	8.977.363.991	8.977.363.991	60.130.858
- Total de Ações	12.737.846.565	58.656.691.226	62.012.222	967.907	13.294.073.784	13.294.073.784	317.359.843
<b>Part. no Capital %</b>							
- Votante	33,6856%	42,2302%	71,4427%	66,6695%	33,4949%	33,4949%	40,7854%
- Total	34,1254%	43,8366%	71,4427%	66,6695%	35,4770%	35,4770%	40,9272%
- Ajustada (1)	36,2527%	-	-	-	35,6155%	-	40,9507%
<b>Na Investida</b>							
Capital Social Integralizado	3.214.417	667.800	86.800	1.452	3.214.417	119.653	784.430
Resgate de Ações Preferenciais	169.582	-	-	-	-	-	21.050
Dividendos	194.935	22.723	-	-	242.929	-	75.263
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	46.837	-	-
Resultado do Exercício	8.883	97.656	-	-	84.775	(1.880)	(58.396)
Patrimônio Líquido (2)	3.830.703	740.853	86.800	1.452	4.257.608	117.772	953.363
<b>Na Investidora</b>							
Investimentos	1.388.733	324.765	62.012	968	1.516.368	41.782	390.409
Resultado de Participações Societárias	3.220	42.809	-	-	30.193	(667)	(23.913)

(1) A Participação é ajustada em função de existência de ações em tesouraria;  
 (2) Na CPFL são deduzidos os Recursos Destinados à Aumento de Capital, no valor de R\$ 6.918, em 31 de dezembro de 2001 e 2000.

A Sociedade, em 08 de junho de 2001, concluiu a aquisição de 67% do capital social da ENERCAN, tendo pago R\$ 27.145. Considerando que o valor patrimonial desta participação em 31 de maio de 2001 representava R\$ 20.107, foi registrado o valor de R\$ 7.038 relativo ao ágio pago na operação. No período de julho a dezembro de 2001 a Sociedade efetuou aportes de capital que totalizaram R\$ 41.905, passando a deter 71,4427% do capital social da ENERCAN. Conforme mencionado na Nota 4, em 28 de junho de 2001, a Sociedade alienou para sua controlada CPFL o investimento que detinha na RGE, registrando um ganho, antes dos efeitos fiscais, de R\$ 454.885 nesta transação. Os efeitos decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial nos resultados até a data da alienação do investimento da RGE, resultaram em uma perda reconhecida pela Sociedade no valor de R\$ 33.004 (perda de R\$ 6.370 em igual período de 2000). Em 26 de dezembro de 2001, a Sociedade subscreevou 45.362.617.442 ações escriturais, sem valor nominal, de emissão de CPFL Geração, sendo 14.860.337.413 ações ordinárias e 30.502.280.029 ações preferenciais ao preço de subscrição de R\$ 5,69 por lote de mil ações, perfazendo a quantia de R\$ 258.113. O valor aportado foi capitalizado com parte do crédito que a Sociedade constituiu junto a CPFL Geração referente à primeira parcela da venda da participação acionária na SEMESA (Vide Nota 4). Em 31 de dezembro de 2001, a Sociedade passou a deter 43,84% do patrimônio da CPFL Geração. No exercício social de 2001 a Sociedade apurou Resultado Positivo de Participações Societárias de R\$ 13.025, que contempla o resultado negativo apurado na controlada RGE no primeiro semestre de 2001 no valor de R\$ 33.004. O Resultado Positivo de Participações Societárias em 2000 de R\$ 11.057, contempla também o resultado positivo obtido no investimento na CPFL no valor de R\$ 5.444, relativo ao Ajuste de Exercício Anterior por mudança de prática no reconhecimento de encargos regulatórios, relacionado a Conta de Consumo de Combustível. A Sociedade possui ações da CPFL que estão caucionadas e penhoradas em garantia das suas 3.ª, 6.ª e 8.ª emissões de debêntures. **12.3. Ágio** – A composição do saldo de é como segue:

Investidora	Investida	Controladora		Consolidado	
		2001	2000	2001	2000
VBC	ENERCAN	6.685	-	6.685	-
VBC	RGE	27	6.952	27	6.952
CPFL	RGE	-	-	103.561	-
DRAFT I	CPFL Piratininga	-	-	132.896	131.598
<b>Total</b>		<b>6.712</b>	<b>6.952</b>	<b>243.169</b>	<b>138.550</b>

Conforme mencionado na Nota 4, em 05 de julho de 2001, os acionistas da CPFL aprovaram a aquisição de 518.887.616 ações da RGE. A concretização do negócio e a efetiva transferência do controle societário foram aprovados pela ANEEL. A partir desta transação, a CPFL passou a deter 66,92% do capital total da RGE e 54,4% do seu capital votante. Em 31 de dezembro de 2001, no consolidado, o ágio apurado na venda da RGE totaliza o valor de R\$ 260.224, sendo que foi efetuado o ajuste de eliminação na consolidação do Lucro Não Realizado em operação entre controladas no valor de R\$ 156.663 conforme determina o Art. 24 da Deliberação CVM nº 247/96. O ágio decorrente desta aquisição é amortizado conforme disposições da Instrução Normativa CVM nº 247/96. Adicionalmente, foram eliminados no consolidado, ganhos não realizados, decorrentes da venda da participação na SEMESA para CPFL Geração no valor de R\$ 156.663. No consolidado proporcional, o ágio na aquisição da CPFL Piratininga, reconhecido na DRAFT I (controlada integral da CPFL) no montante de R\$ 132.896 (R\$ 131.598 em 2000), está fundamentado em expectativa de rentabilidade futura desta controlada, é amortizado de acordo com as disposições das Instruções CVM nº 247/96 e 285/98. **13. IMOBILIZADO**

Imobilizado em Serviço	Consolidado	
	2001	2000
Geração	82.651	67.249
Distribuição	1.900.789	1.829.770
Administração	58.706	54.807
	<b>2.042.146</b>	<b>1.951.826</b>
(-) Depreciação Acumulada		
Geração	(31.317)	(23.712)
Distribuição	(828.233)	(759.974)
Administração	(26.061)	(18.031)
	<b>(885.611)</b>	<b>(801.717)</b>

IMPOSTO DE RENDA - Alíquota de 25%	Controladora	
	2001	2000
Crédito (Débito) Fiscal referente ao Imposto de Renda	(110.421)	35.127
Diferenças Permanentes:		
Equivalência Patrimonial	3.257	1.410
Outras	(552)	686
<b>Crédito (Débito) de IRPJ na Demonstração de Resultado</b>	<b>(107.716)</b>	<b>37.223</b>
<b>Total dos Créditos (Débitos) Fiscais na Demonstração de Resultado</b>	<b>(144.954)</b>	<b>49.456</b>

**12. INVESTIMENTOS – 12.1. Bens de Renda** – No consolidado, por determinação da ANEEL, os bens do ativo imobilizado relacionados ao empreendimento na UHE de Serra da Mesa, por estarem arrendados à Furnas, são apresentados nesta rubrica, para atender a Instrução Geral nº 33 do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica. A composição dos referidos bens é como segue:

	Consolidado			
	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Terrenos	1.843	-	1.843	4.032
Reservatórios, Barragens e Adutoras	46.099	(3.463)	42.636	99.365
Edificações, Obras Cíveis e Benefeitorias	228.426	(18.258)	210.168	490.798
Máquinas e Equipamentos	133.181	(14.246)	118.935	279.638
Veículos	40	(21)	19	52
Outros	7	(3)	4	14
	<b>409.596</b>	<b>(35.991)</b>	<b>373.605</b>	<b>873.899</b>

Conforme mencionado na Nota 4, em 21 de dezembro de 2001, a Sociedade transferiu bens, direitos e obrigações relacionados à Usina de Serra da Mesa para a subsidiária SEMESA. Em 26 de dezembro de 2001, a Sociedade efetivou a alienação para sua controlada CPFL Geração de 999 ações ordinárias nominativas de emissão de SEMESA, de titularidade da Sociedade, representativas de 99,9% do capital social da SEMESA, passando a deter indiretamente 43,84% do capital total da SEMESA, razão pela qual os saldos em 31 de dezembro de 2001 são comparativamente inferiores aos de 2000, quando estes bens eram de propriedade da Sociedade. **12.2. Participações Societárias Permanentes** – Em 31 de dezembro de 2001 e 2000, a Sociedade detém participações societárias permanentes nas seguintes controladas:

Controladas	2001	2000
Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL	1.388.733	1.516.368
CPFL Geração de Energia S.A.	324.765	41.782
Campos Novos Energia S.A. – ENERCAN	62.012	-
Foz do Chapecó Energia S.A.	968	-
Rio Grande Energia S.A. – RGE	-	390.409
<b>Total</b>	<b>1.776.478</b>	<b>1.948.559</b>

As principais informações sobre as participações societárias permanentes são como segue:

Imobilizado em Curso	Consolidado	
	2001	2000
Geração	127.076	3.214
Distribuição	60.794	67.801
Administração	6.792	2.911
	<b>194.662</b>	<b>73.926</b>
<b>Total</b>	<b>1.351.197</b>	<b>1.224.035</b>

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, devendo ser repaliado na concessão. **14. DIFERIDO**

	Consolidado			
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio de Incorporação DOC4 (a)	1.050.261	(218.804)	831.457	920.022
Ágio de Incorporação DOC3 (b)	406.127	(142.731)	263.396	343.907
Déficit Fundação CESP-CPFL (c)	-	-	-	23.833
Déficit Fundação CESP-Bandeirante (c)	-	-	-	37.475
Diferimento Variação Cambial (d)	38.829	(9.465)	29.364	-
Despesas Operacionais	4.279	(225)	4.054	2.992
Despesas com Emissão de Debêntures	1.547	(112)	1.435	-
Outros	9.062	-	9.062	8.351
<b>Total</b>	<b>1.510.105</b>	<b>(371.337)</b>	<b>1.138.768</b>	<b>1.336.580</b>

(a) Refere-se ao ágio decorrente da incorporação da DOC4 Participações S.A. pela CPFL e está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizado por um prazo de 10 anos. (b) Refere-se ao ágio decorrente da incorporação da DOC3 Participações S.A. pela RGE e está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizado por um prazo de 10 anos. (c) Em conformidade com as determinações da Deliberação CVM nº 371 de 13 de dezembro de 2000, e Ofício CVM nº 01/2002 de 14 de janeiro de 2002, a CPFL e CPFL Piratininga procederam em 31 de dezembro de 2001 à reversão do saldo total desta rubrica, em contrapartida a conta de empréstimos e financiamentos, o qual será levado à resultado em 5 anos, correspondente às parcelas de obrigações excedentes em relação aos ativos dos planos de benefícios, patrocinados pelas empresas e administrados pela Fundação CESP. (d) De acordo com a deliberação CVM nº 404/409, as controladas CPFL e RGE optaram por diferir o resultado líquido decorrente do ajuste dos valores em reais de obrigações e créditos denominados em moeda estrangeira, ocorrido no ano de 2001. O valor diferido será amortizado linearmente, respeitando as datas de vencimentos dos contratos, em até 4 (quatro) anos, a partir do exercício de 2001, inclusive. **15. FORNECEDORES**

Supridores de Energia Elétrica	Consolidado	
	2001	2000
MAE/Co-geração	200.395	146.924
Encargos de Uso da Rede Elétrica	18.643	408
Materiais e Serviços	35.163	3.776
Outros	36.572	23.040
	2.232	61
<b>Total</b>	<b>293.005</b>	<b>174.209</b>

O saldo de fornecedores no exigível a longo prazo refere-se a transações relacionadas à energia livre no âmbito do MAE, cuja liquidação depende de regras a serem estabelecidas pela ANEEL (vide Nota 2). **16. DEBÊNTURES** – Em 31 de dezembro de 2001 e 2000, a Sociedade possui em circulação debêntures conforme segue:

Emissor	Emissão	Quantidade		Forma	Remuneração	2001		2000	
		Emitida	Colocada			Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
VBC	2ª	69.646	58.000	Pública	TJLP+ 4 a 5 % a.a.	-	-	61.998	722.717
VBC	3ª	704.863	704.863	Pública	TJLP+ 2,5 % a.a.	10.027	862.607	9.702	834.651
VBC	6ª	170.000	170.000	Pública	TJLP+ 2,5 % a.a.	1.417	207.662	1.371	200.932
VBC	8ª	300.000	300.000	Particular	TJLP+ 6,0 % a.a.	10.254	352.848	9.811	341.413
						<b>21.698</b>	<b>1.423.117</b>	<b>82.882</b>	<b>2.099.713</b>

Emissor	Emissão	Quantidade		Forma	Remuneração	2001		2000	
		Emitida	Colocada			Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
SEMESA (a)	2ª	69.646	58.000	Pública	TJLP+ 4 a 5 % a.a.	33.477	293.554	61.998	722.717
VBC	3ª	704.863	704.863	Pública	TJLP+ 2,5 % a.a.	10.027	862.607	9.702	834.651
VBC	6ª	170.000	170.000	Pública	TJLP+ 2,5 % a.a.	1.417	207.662	1.371	200.932
VBC	8ª	300.000	300.000	Particular	TJLP+ 6,0 % a.a.	10.254	352.848	9.811	341.413
CPFL (b)	1ª série	44.000	44.000	Particular	IGPM+ 11,5 % a.a.	11.337	170.410	-	-
CPFL (c)	2ª série	45.000	30.132	Particular	CDI+ 0,6 % a.a.	11.762	109.272	-	-
						<b>78.274</b>	<b>1.996.353</b>	<b>82.882</b>	<b>2.099.713</b>

As debêntures da 3ª, 5ª e 7ª emissões foram parcialmente liquidadas quando de seus vencimentos e o saldo remanescente foi quitado através dos recursos provenientes da 8ª emissão. As debêntures das 3ª e 6ª emissões têm seu vencimento final programado para o ano de 2007 e a 8ª emissão em 2003. No consolidado a rubrica contempla o saldo das seguintes emissões de debêntures: (a) As debêntures da 2ª emissão da VBC, que por estarem vinculadas ao financiamento da construção da Usina de Serra da Mesa, foram transferidas em 26 de dezembro de 2001 para controlada SEMESA. Estas debêntures são atualizadas com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida de juros de 4 a 5% a.a.. As debêntures têm vencimento programado para o ano de 2009. (b) Com o propósito de avançar recursos complementares à aquisição do controle acionário da RGE, em julho de 2001 a CPFL concluiu a colocação e venda de 100% da emissão de 44.000 debêntures de primeira série, equivalentes a R\$ 440.000, com prazo de vencimento em 7 anos, remuneração anual com base na variação do IGP-M, acrescida de taxa de juros de 11,50% ao ano. Em 31 de dezembro de 2001 o saldo proporcional desta emissão totaliza R\$ 181.747 sendo R\$ 11.337 registrados no passivo circulante e R\$ 170.410 no exigível de longo prazo. (c) Refere-se a colocação e venda de aproximadamente 67% das 45.000 debêntures, correspondentes à segunda série, cujo valor total equivale a R\$ 450.000, com prazo de 5 anos e remuneração anual com base na taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DI, "over extra grupo", acrescida de "spread" de 0,6% ao ano. Como resultado da colocação da segunda série de debêntures, a CPFL obteve R\$ 301.420 em novos recursos, restando R\$ 148.580 em papéis baseados na variação do CDI que foram cancelados em dezembro de 2001, por determinação de sua administração. Em 31 de dezembro de 2001, o saldo proporcional desta emissão totaliza R\$ 121.035, sendo R\$ 11.762 registrados no passivo circulante e R\$ 109.272 no exigível a longo prazo. 17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado					
	2001			2000		
	Encargos	Curto Prazo	Longo Prazo	Encargos	Curto Prazo	Longo Prazo
<b>MOEDA NACIONAL</b>						
Instituições Financeiras	189	26.402	15.592	97	1.866	14.656
FUNDAÇÃO CESP (1)	-	9.008	204.090	-	13.470	239.705
BNDES - CPFL (2)	3.343	33.148	33.148	3.615	28.580	57.096
BNDES - Investimento - CPFL (3)	3.929	39.025	77.319	2.269	23.597	101.628
BNDES - CPFL Geração (4)	-	117	6.613	-	-	-
FURNAS (5)	-	-	10.442	-	-	14.478
BRDE (6)	3.443	3.127	23.627	-	5.004	29.049
Fundação ELETROCEE (7)	1.864	604	7.478	-	942	8.540
Outras	293	3.747	10.114	698	47.531	10.398
<b>Soma</b>	<b>13.061</b>	<b>115.178</b>	<b>388.423</b>	<b>6.679</b>	<b>120.990</b>	<b>475.550</b>
<b>MOEDA ESTRANGEIRA (8)</b>						
Floating Rates Notes	431	-	252.362	-	-	-
Swap - Floating Rate Notes	3.020	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras	1.629	218.067	172.382	-	34.891	282.930
Outros	4	13	-	2.356	-	-
<b>Soma</b>	<b>5.084</b>	<b>218.080</b>	<b>424.744</b>	<b>2.356</b>	<b>34.891</b>	<b>282.930</b>
<b>Total</b>	<b>18.145</b>	<b>333.258</b>	<b>813.167</b>	<b>9.035</b>	<b>155.881</b>	<b>758.480</b>

(1) No consolidado, o empréstimo vinculado à Fundação CESP, corresponde na sua quase totalidade ao financiamento do déficit previdenciário do Plano de Aposentadoria e Pensão das controladas CPFL, CPFL Piratininga e CPFL Geração, apurado conforme regra da SPC (Secretaria da Previdência Complementar), gerado em decorrência do saldamento do plano de "benefício definido", equacionado em 1997, sendo atualizado pela variação do IGP-DI (FGV), acrescido de juros de 6% ao ano, amortizável em 240 parcelas mensais para a CPFL e CPFL Geração; para CPFL Piratininga, amortizável em 60 parcelas mensais, corrigido pelo custo atuarial ou variação da Taxa Referencial acrescido de 8% ao ano, dos dois o maior. Este empréstimo está garantido por vinculação de receitas provenientes da venda de energia elétrica. Tendo em vista a adaptação às práticas contábeis determinadas pela Deliberação nº 371 da CVM, os saldos contabilizados em contra partida do diferido no valor de R\$ 61.308 e que eram amortizados em função do tempo médio de serviço dos participantes para sua aposentação, foi estornado contra o saldo de empréstimos. (2) O empréstimo junto ao BNDES corresponde ao financiamento pela controlada CPFL para aquisição da Bandeirante, quando de sua privatização (conforme mencionado anteriormente, a Bandeirante teve seu patrimônio parcialmente cindido em 1º de outubro de 2001, sendo parte do seu acervo líquido incorporado pela CPFL Piratininga - empresa na qual a CPFL mantém atualmente participação através da controlada DRAFT I). Este empréstimo vem sendo amortizado em 09 (nove) parcelas semestrais, a partir de setembro de 1999. Sua atualização está atrelada à cesta de moedas do BNDES ("UMBND", cujo maior indexador é o dólar norte americano), com juros fixos de 5% a.a., e variáveis com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos, que em 2001 foi em torno de 15,46% a.a. (5,26% a.a. em 2000). Como garantia, estão vinculadas ações representativas do capital da CPFL Piratininga, detidas pela Draft I. (3) O empréstimo junto ao BNDES - Investimento corresponde a financiamento aos programas de investimentos. Na controladora CPFL está dividido em duas tranches "A" e "B", tendo 18 e 30 meses de carência, respectivamente, sendo amortizado em 78 parcelas mensais e sucessivas, atualizado pela TJLP, acrescido de juros de 3,25% ao ano. Como garantia está vinculada a receita proveniente da prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica. Inclui também o empréstimo da controlada RGE com atualização pela TJLP, e juros de 3,9% ao ano, amortização mensal com último vencimento em 15 de setembro de 2007, sendo sua garantia vinculada a receita da empresa. (4) O empréstimo com o BNDES corresponde ao financiamento pela controlada CPFL Geração para a repotencialização de PCH's (pequenas centrais hidrelétricas), sendo amortizado em 84 parcelas mensais e sucessivas, a partir de fevereiro de 2003. Sua atualização está atrelada, parte à cesta de moedas do BNDES ("UMBND"), cujo maior indexador é o dólar norte americano e parte à TJLP, com juros de 3,5% ao ano variáveis com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos. O empréstimo está garantido por aval da CPFL. (5) O empréstimo junto a FURNAS está relacionado ao contrato de parceria na Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa e está sujeito a atualização pela variação do IGP-M. (6) O empréstimo junto ao BRDE refere-se a contrato de abertura de crédito, assumido pela controlada RGE no processo de cisão e privatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, sendo atualizado pela variação do IGP-M acrescido de juros de 12% ao ano. As amortizações são mensais e como garantia foi oferecida a arrecadação de venda de energia da RGE. (7) O empréstimo junto à Fundação ELETROCEE refere-se a contrato de confissão de dívida, assumido pela controlada RGE, em decorrência do desmembramento do contrato total com a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE. Está sujeito a atualização pela variação do INPC/TR e juros de 9% a.a.. As amortizações do principal e juros são mensais e como garantia foi oferecida a arrecadação de venda de energia. (8) No consolidado os empréstimos de longo prazo em moeda estrangeira com instituições financeiras são como segue:

Instituição Financeira	Consolidado					
	Vencimento	Amortização	Garantias	Taxa de Juros	2001	2000
<b>1) Banco do Brasil S.A.:</b>						
Debt Conversion Bond	18 anos	17 parcelas	Vinculação	Libor 6 meses +	7.332	24.846
New Money Bond	15 anos	semestrais	de Receitas	7/8% a.a.	1.715	5.782
FLIRB	15 anos	17 parcelas	Vinculação	Libor 6 meses +	1.740	5.086
C-Bond	20 anos	semestrais	de Receitas	7/8% a.a.	9.378	27.401
Discount Bond	30 anos	semestrais	Vinculação	Libor 6 meses +	8.503	21.422
PAR-Bond	30 anos	semestrais	de Receitas	13/16% a.a.	10.508	30.702
El Bond - Bônus de Juros	12 anos	semestrais	Vinculação de Receitas	Libor 6 meses +	3.171	11.793
2) Banco BBA Creditranstalt S.A.						
3) Floating Rate Notes	5 anos	semestrais	Notas Promissórias	Libor 6 meses +	252.363	-
4) BankBoston	5 anos	semestrais	Notas Promissórias	Libor 6 meses +	127.865	152.306
<b>Total</b>					<b>424.744</b>	<b>282.930</b>

A operação "Floating Rate Notes" refere-se a captação de recursos no mercado externo, no montante de US\$ 300 milhões, realizada no segundo trimestre de 2001 pela controlada CPFL, para fins de aquisição do controle acionário da RGE, contratada junto a um consórcio de bancos, liderado pelo BankBoston. Esse empréstimo tem prazo de vencimento final de 05 anos e carência de 20 meses para início do pagamento do principal, sendo que os juros serão pagos semestralmente a partir de dezembro de 2001. Através de mecanismo de "swap", toda a dívida em dólar foi convertida para custo local, correspondente a 93,65% e 94,75% da variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), respectivamente, para as parcelas de US\$ 100 milhões e US\$ 200 milhões. Como garantia foram dadas notas promissórias e cartas de fiança. O empréstimo junto ao BankBoston refere-se à captação de recursos realizada em maio de 2000 pela controlada Sul Geradora Participações S.A. (controlada integral da RGE), através de operação de "trade finance", tendo como garantia da operação o aval da RGE e cartas de fianças. O pagamento de juros é trimestral e a amortização do principal se dará entre 2002 e 2005. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, foram contraídos, em sua totalidade, em dólares norte-americanos, cuja variação em 2001 foi de 18,67% (9,30% em 2000). No consolidado os empréstimos e financiamentos em moeda nacional estão sujeitos a encargos e taxas variáveis de 3,34% a 17,28% ao ano, o que resulta numa taxa média ponderada de 13,62% ao ano. Sua composição por tipo de indexador é como segue:

Indexador	Composição da Dívida em %			
	Oscilação %		da Dívida em %	
	2001	2000	2001	2000
IGP-DI	11,80	10,31	11,15	43,04
IGP-M	10,37	9,95	16,32	10,54
UMBND	15,46	5,26	20,17	24,31
URTJLP	3,34	4,56	12,20	11,85
CDI	17,28	-	18,50	-
OUTROS	-	-	21,66	10,26
			<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

O principal dos empréstimos e financiamentos a longo prazo, têm seus vencimentos assim programados:

Ano do vencimento	Consolidado
2003	177.664
2004	183.264
2005	143.191
2006	130.949
Após 2006	178.099
<b>Total</b>	<b>813.167</b>

**18. COLIGADAS, CONTROLADAS OU CONTROLADORA** - O saldo no passivo circulante da controladora, no valor de R\$ 259.759, é representado em sua totalidade por Juros sobre o Capital Próprio propostos a pagar para controladora VBC Participações e no consolidado inclui o valor de R\$ 5.894 referente ao saldo do contrato de mútuo celebrado entre a Sociedade e a controlada SEMESA não eliminado na consolidação. **19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

	Controladora			
	2001		2000	
	PROVISÃO (Reversão) no Exercício	Saldo Acumulado	PROVISÃO (Reversão) no Exercício	Saldo Acumulado
Fiscais				
PIS	562	1.019	(312)	457
COFINS	2.593	4.582	(2.403)	1.989
<b>Total</b>	<b>3.155</b>	<b>5.601</b>	<b>(2.715)</b>	<b>2.446</b>

A rubrica em 31 de dezembro de 2001 e 2000, registra em sua totalidade a provisão relativa ao questionamento da ampliação da base de cálculo de PIS/COFINS com base na Lei nº 9.718 de 27 de novembro de 1998. O referido questionamento está amparado por liminar obtida pela Sociedade.

	Consolidado					
	2001			2000		
	PROVISÃO no Exercício	Saldo Acumulado	ATIVO Depósitos Judiciais	PROVISÃO no Exercício	Saldo Acumulado	ATIVO Depósitos Judiciais
<b>Fiscais</b>						
FINSOCIAL - Litígio	268	7.018	18.218	147	6.750	17.523
PIS/PASEP	4.024	7.194	-	(2.284)	3.170	-
COFINS - liminar	4.007	7.348	-	1.975	3.341	-
- Consig. Pagto.	-	-	840	(19.998)	-	792
- Major Aliquota	(4.163)	-	-	382	4.163	-
INSS	(1.526)	-	-	1.526	1.526	1.526
FNDCT	-	-	441	-	-	-
Outros	1.070	4.415	1.953	(74)	3.345	48
<b>Total</b>	<b>3.680</b>	<b>25.974</b>	<b>21.452</b>	<b>(18.326)</b>	<b>22.295</b>	<b>19.889</b>
	<b>7.019</b>	<b>52.497</b>	<b>23.664</b>	<b>(24.573)</b>	<b>45.478</b>	<b>22.039</b>

As provisões para contingências foram constituídas com base em avaliação dos riscos iminentes de perdas, na opinião dos assessores legais e da Administração da Sociedade e de suas controladas, estando atualizadas para a data base de 31 de dezembro de 2001. A natureza e os riscos relacionados a contingências são sumarizados da maneira seguinte: Trabalhistas - Referem-se a ações ajuizadas. Nos termos do protocolo de cisão da Bandeirante, a CPFL Piratininga é responsável pelas obrigações correspondentes aos riscos contingentes dos empregados locados nas respectivas regiões por ela assumidas, enquanto que as ações corporativas, anteriores à data da efetivação da cisão, 1º de outubro de 2001, são assumidas na proporção percentual dos controladores antes da referida cisão (56% para a Bandeirante e 44% para a CPFL Piratininga). Danos Pessoais - Referem-se a pleitos de indenizações não cobertas por apólices de seguros na controlada CPFL, com perdas consideradas possíveis. Majoração tarifária - Nas controladas CPFL e CPFL Piratininga, correspondem a vários pleitos de consumidores industriais, devido a reajustes impostos pelas Portarias DNAEE nºs. 38 e 45/1986, quando estava em vigor o congelamento de preços do "Plano Cruzado". FINSOCIAL - Litígio - Refere-se ao questionamento judicial quanto à majoração tarifária e cobrança do Finsocial do período de junho de 1989 a outubro de 1991. A controlada CPFL, obteve liminares que garantiram o não recolhimento mediante depósito judicial, sendo este depósito registrado na rubrica "Depósitos Vinculados a Litígios", no ativo realizável de longo prazo desde então atualizado mensalmente pela variação da Taxa Referencial Diária (TRD). COFINS - PIS/PASEP - Referem-se a questionamento judicial quanto à inclusão das receitas financeiras e não operacionais na base de cálculo do PIS e COFINS, com obtenção de liminar para efetuar o pagamento destas contribuições na forma da legislação anterior. Enquanto não se obtém decisão final sobre esta matéria a Controladora e Controladas vêm constituindo provisão para os valores em discussão. COFINS - Consignação em Pagamento - O saldo, no consolidado, refere-se a parcelas vertidas à CPFL Piratininga correspondentes a depósitos efetuados pela Bandeirante, amparada em mandado de segurança, discutido solidariamente com a Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A., que havia cindido parcela da obrigação da COFINS para aquela empresa que foi posteriormente vertido para a CPFL Piratininga. A obrigação tributária foi quitada parcialmente pela Bandeirante e Eletropaulo, no contexto da Lei nº 9.779 de 19 de janeiro de 1999 e Medida Provisória nº 1.858-6 de 29 de junho de 1999, com dispensa de pagamento de multa e juros e através de ação de consignação em pagamento com depósito para assegurar o pleno direito ao gozo dos benefícios da referida legislação em virtude de questionamento contrário da Procuradoria da Fazenda Nacional. Convertido em renda o depósito em consignação e embasado em parecer de consultor jurídico foi revertida a provisão passiva integralmente, restando o valor depositado. Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT - refere-se a valores vertidos à controlada CPFL Piratininga relativos a depósitos em consignação efetuados pela Bandeirante até a data da cisão e posteriormente pela CPFL Piratininga, correspondentes ao programa de pesquisa e desenvolvimento instituído pela Resolução nº 185 de 21 de maio de 2001 da ANEEL, que determinou o recolhimento com efeitos retroativos a abril de 2001, em 12 parcelas. Outros - Contra a controlada CPFL foram iniciadas ações, onde se questiona a classificação de determinados consumidores para efeito de tarifação. Não existem julgamentos quanto ao mérito do assunto, não sendo possível, no momento, determinar o desfecho final dessas ações e o efeito em suas demonstrações contábeis, se houver. **20. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS** - Estas obrigações são representadas principalmente por contribuições e doações recebidas de consumidores de energia elétrica para financiamento de obras e sua conexão à rede. Para efeito de índices econômico-financeiros, não devem ser considerados os valores destas obrigações, em função de não representarem obrigações financeiras. As obrigações especiais estão diretamente vinculadas à concessão do serviço e a sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinação da ANEEL. **21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO** - **21.1. Capital Social** - A participação dos acionistas no Capital Social em 31 de dezembro de 2001 é constituída como segue:

Acionista	Quantidade de Ações (em unidades)				
	ON	PNA	PNB	Total	%
VBC Participações S.A.	1.855.097	141.058	-	1.996.155	99,99
Outros	7	-	3	10	0,01
<b>Totais</b>	<b>1.855.104</b>	<b>141.058</b>	<b>3</b>	<b>1.996.165</b>	<b>100,00</b>

As ações ordinárias possuem direito a voto nas deliberações das assembleias ao contrário das ações preferenciais, as quais fazem jus ao recebimento de dividendos 10% maiores do que aqueles atribuídos às ações ordinárias e têm prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Sociedade. As ações preferenciais, sejam elas classe A ou classe B, têm os mesmos direitos, exceto que a segunda pode ser convertida na classe A. **21.2. Conciliação do Patrimônio Líquido (Controladora/Consolidado)**

	2001	2000
Patrimônio Líquido da Controladora	1.233.761	(226.778)
Ajuste de Lucro Não Realizado no Exercício	(226.778)	-
Patrimônio Líquido no Consolidado	<b>1.006.983</b>	<b>(226.778)</b>

**21.3. Conciliação do Resultado do Exercício (Controladora/Consolidado)**

	2001	2000
Resultado do Exercício da Controladora	649.139	(107.745)
Ajuste de Lucro Não Realizado no Exercício (líquido de R\$ 116.826 relacionados ao Imposto de Renda e Contribuição Social)	(226.778)	-
Ajuste de Exercícios Anteriores em Controladas	-	(7.898)
<b>Resultado do Exercício no Consolidado</b>	<b>422.361</b>	<b>(115.643)</b>

O Ajuste do Lucro Não Realizado é decorrente das operações de venda da RGE para controlada CPFL e da venda da SEMESA para controlada CPFL Geração, nos montantes de R\$ 103.397 e R\$ 123.381, respectivamente, os quais, conforme Deliberação CVM nº 247/96, foram eliminados na consolidação. O ajuste de exercícios anteriores em controladas refere-se à mudança de prática contábil, relacionada ao reconhecimento de encargos regulatórios (Conta de Consumo de Combustíveis) em 2000. **21.4. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio** - Os Administradores da Sociedade em reunião realizada em 27 de junho de 2001, deliberaram o pagamento de Dividendos intermediários e Juros Sobre o Capital, nos termos do artigo 35 e parágrafos, do estatuto social da Sociedade, nos valores de R\$ 98.000 e R\$ 46.811, respectivamente. Os Dividendos e os Juros sobre o Capital pagos e Propostos no exercício foram calculados conforme demonstrado abaixo:

	Quantidade de Ações		Valor por Ação	R\$
	Ordinárias	Preferenciais Classe "A" e "B"		
<b>Soma I</b>				
Juros sobre o Capital				
Ações Ordinárias	1.855.104	141.061	48,74964377	90.436
Ações Preferenciais Classe "A" e "B"	-	-	53,62460814	7.564
<b>Soma II</b>				<b>98.000</b>
Ações Ordinárias	1.855.104	141.061	23,28609086	43.198
Ações Preferenciais Classe "A" e "B"	-	-	25,61469994	3.613
<b>Soma III</b>				<b>46.811</b>

	Quantidade de Ações	Valor por Ação	R\$
<b>Juros sobre o Capital Propostos</b>			
Ações Ordinárias	1.855.104	152,01863271	282.011
Ações Preferenciais Classe "A" e "B"	141.061	167,22049598	23.588
<b>Soma III</b>			<b>305.599</b>
<b>Soma II + III</b>			<b>352.410</b>
<b>Total</b>			<b>450.410</b>

**21.5. Destinação do Lucro Líquido do Exercício** – Nas demonstrações contábeis de 2001, está consignada proposta de destinação do resultado do exercício, conforme previsto na Legislação Societária e Estatuto Social, que será objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações contábeis.

	2001
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>649.139</b>
(-) Constituição da Reserva Legal	(32.457)
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>616.682</b>
(-) Dividendos Pagos	(98.000)
(-) Juros sobre o Capital Pagos	(46.811)
(-) Juros sobre o Capital Propostos	(305.599)
<b>Lucros Acumulados</b>	<b>166.272</b>

Tendo em vista as necessidades de caixa e investimentos na Sociedade, o saldo remanescente de lucros está sendo mantido na conta de "Lucros Acumulados", para futura deliberação quanto a sua utilização pelos acionistas.

## 22. FORNECIMENTO/SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

Classe de Consumidores	Consolidado			
	Nº de Consumidores (Não Auditado)		GWh (Mili)	
	2001	2000	2001	2000
Residencial	5.797.260	3.916.359	8.116	7.993
Industrial	103.854	83.343	15.719	12.568
Comércio e Serviços	570.094	371.323	4.532	4.117
Rural	361.199	208.246	1.679	1.713
Poderes Públicos	46.118	31.760	682	690
Iluminação Pública	2.464	1.697	1.056	1.027
Serviço Público	6.855	4.835	1.335	1.192
Consumo Próprio	176	521	2	39
<b>Subtotal – Fornecimento</b>	<b>6.888.020</b>	<b>4.618.084</b>	<b>33.121</b>	<b>29.339</b>
Recomposição Tarifária e Energia Livre (Nota 2)				354.233
Não Faturado (Líquido)				(6.691)
<b>Fornecimento</b>				<b>2.293.322</b>
<b>Suprimento</b>				<b>314.651</b>
<b>Outras Receitas</b>				<b>27.413</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>				<b>2.635.386</b>

## 23. DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

Tributos e Contribuições	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
RGR	4.218	7.106	24.419	25.305
ICMS	-	-	358.904	305.971
PIS/COFINS	6.114	5.909	96.246	65.843
ISS	-	-	77	32
	<b>10.332</b>	<b>13.015</b>	<b>479.646</b>	<b>397.151</b>

## 24. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

RECEITA FINANCEIRA	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Rendas de Aplicações Financeiras	40.561	8.968	59.495	36.134
Swap - Floating Rate Notes	-	-	48.756	-
Acréscimos Moratórios	-	-	14.207	7.638
Encargos CRC Repassados à CESP	-	-	2.926	2.520
Juros sobre Antecipação de IRPJ e CSSL	-	-	2.355	2.904
Renda de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	147	9.312
Atualizações Monetárias	30.907	23.305	95.776	27.739
Remuneração CVA	-	-	8.207	-
Outras	1.467	-	17.049	9.817
	<b>72.935</b>	<b>32.273</b>	<b>248.918</b>	<b>96.064</b>
<b>DESPESA FINANCEIRA</b>				
Encargos de Dívidas	(215.905)	(206.470)	(322.538)	(277.097)
Despesas Bancárias	-	-	(13.665)	(5.584)
Atualizações Monetárias	(68.687)	(106.322)	(204.460)	(151.535)
Amortização de Ágio	(788)	(784)	(29.877)	(12.708)
Swap – Floating Rate Notes	-	-	(72.532)	-
Outras	(1.098)	(8.547)	(26.009)	(20.013)
	<b>(286.478)</b>	<b>(322.123)</b>	<b>(669.081)</b>	<b>(466.937)</b>
Juros sobre Capital Próprio	(352.410)	16.695	(352.410)	14
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(565.953)</b>	<b>(273.155)</b>	<b>(772.573)</b>	<b>(370.859)</b>

**25. RESULTADO NÃO OPERACIONAL** – Na controladora o Resultado Não Operacional Líquido de R\$ 879.508, contempla principalmente os ganhos líquidos auferidos nas vendas das controladas RGE e SEMESA e Ganhos e Perdas de Capital sobre Participações Societárias, essas Receitas e Despesas não operacionais são compostas conforme segue:

Receitas (Despesas) Não Operacionais	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Ganho na Venda da RGE	454.885	-	298.222	-
Ganho na Venda da SEMESA	426.450	-	239.509	-
Ganho de Capital sobre Participações Societárias	64	6.394	64	6.394
Perda de Capital sobre Participações Societárias	(9.144)	(2.578)	(9.144)	(2.578)
Outras	7.253	-	4.943	(2.822)
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>879.508</b>	<b>3.816</b>	<b>533.594</b>	<b>994</b>

**26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS** – Considerando os termos da Instrução CVM 235/95, a Sociedade e suas controladas avaliaram seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. **26.1. Considerações sobre Riscos** – O negócio da Sociedade e suas controladas compreende principalmente a geração de energia para distribuidores e o fornecimento de energia a consumidores finais, sendo concessionárias de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue: **a. Risco de Taxa de Câmbio** – Este risco decorre da possibilidade de a Sociedade e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira além das suas respectivas despesas financeiras. A Sociedade e suas controladas se protegem parcialmente deste risco mediante contratação de operações de "swap". Em Dezembro/2001, a controlada CPFL efetuou a cobertura das suas exposições para o ano de 2002 frente a moeda norte americana, utilizando-se de mecanismo financeiro que possibilitou prefixar o valor da moeda nos diversos vencimentos de suas dívidas. As tarifas estipuladas e autorizadas pelo Poder Concedente não contemplam qualquer proteção para referidos riscos, exceto no que se refere à energia adquirida de Itaipu, cujas tarifas são denominadas em dólares e cujas variações passarão a ser computadas para mais ou para menos, a partir de 2002, quando dos reajustes tarifários anuais a serem fixados para as empresas. No Consolidado em 31 de dezembro de 2001, parte da dívida financeira estava atrelada ao dólar norte-americano, no valor total de R\$ 647.908 (R\$ 320.177 em 2000), conforme descrito na Nota 17. **b. Risco de Taxa de Juros** – Este risco é oriundo da possibilidade da Sociedade e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas às emissões de debêntures e a empréstimos e financiamentos captados no exterior. A Sociedade não tem efetuado qualquer operação com vistas a proteção das debêntures atualizadas pela TJLP, por entender o mesmo ser de baixo risco. Para os empréstimos em moeda estrangeira as controladas têm pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco. Na controlada CPFL, a exposição relativa à emissão de Floating Rate Notes no montante de US\$ 300 milhões, foi coberta através de duas operações financeiras de swap: (a) swap externo e (b) swap interno, o que lhe permitiu substituir os riscos originais da operação (variação cambial + Libor + 2,95% a.a.) para custo local, ou seja 94,38% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). **c. Risco de Crédito** – O risco surge da possibilidade de as controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Sociedade e suas controladas como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e corte de fornecimento para consumidores inadimplentes. **d. Risco quanto à Escassez de Energia** – O risco surge da possibilidade de a Sociedade e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes de dificuldades de geração de energia decorrente de escassez de água. Segundo a avaliação do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, não há riscos de escassez de energia elétrica para o próximo biênio. **26.2. Valorização dos Instrumentos Financeiros** – Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade e suas controladas em 31 de dezembro de 2001 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação: **a. Disponibilidades** – Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos não difere dos valores demonstrados no balanço patrimonial. **b. Valores a receber e a pagar de energia** – Estes créditos e débitos decorrem basicamente de transações realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia – ("MAE") e foram registrados e valorizados com base nas informações disponibilizadas, baseados nos preços vigentes durante o ano ou MAE. Não houve transações relacionadas com estes créditos ou débitos que pudessem afetar sua classificação e valorização na data do balanço. **c. Empréstimos e Financiamentos** – Estão avaliados conforme os critérios estipulados em contratos, de acordo com as características definidas na Nota 17. **d. Debêntures** – As debêntures lançadas pela Sociedade e suas controladas não são negociadas no mercado. Estão avaliadas conforme os critérios estipulados quando de sua emissão, conforme características definidas na Nota 16. **27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS** – As transações com partes relacionadas são realizadas em condições normais de mercado:

Ativo Circulante	Controladora				Consolidado Proporcional		
	Voto-rantim	Bradesco	VBC	CPFL Geração	Voto-rantim	Bradesco	Fundação CESP
Disponibilidades	60.684	66.658	-	-	89.603	66.658	-
Coligadas, Controladas ou Controladora	-	-	648.535	3.064	21.133	-	-
Devedores Diversos	-	-	-	-	-	-	13.280
<b>Realizável de L. Prazo</b>							
Coligadas, Controladas ou Controladora	-	-	-	-	227.163	-	-
Devedores Diversos	-	-	-	-	-	-	60.292
<b>Passivo Circulante</b>							
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-	9.008
Coligadas, Controladas ou Controladora	-	-	259.759	-	-	-	-
<b>Exigível a Longo Prazo</b>							
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-	204.090

**Receitas**  
Aplicações Financeiras 16.604 18.364 - - 18.484 20.120 -  
Atualizações Monetárias - - 30.471 - 373 - -  
**Despesas**  
Pessoal - - - - - - 3.776  
Financeiras - - - - - - 12.754  
Atualizações Monetárias - - 144 - - - 22.987

São as seguintes as principais transações: Na Controladora e no Consolidado a rubrica Disponibilidades, Votorantim e Bradesco referem-se as aplicações financeiras de curto prazo, com rentabilidade de mercado. A rubrica "Coligadas, Controladas ou Controladora" registrada no Ativo Circulante compõem-se conforme Nota 6. No Consolidado a rubrica Empréstimos e Financiamentos: Fundação CESP registradas no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo compõem-se conforme Nota 17. **28. PLANOS DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E PENSÕES** – As controladas em conjunto CPFL, CPFL Geração e CPFL Piratininga, através da Fundação CESP, e a controlada em conjunto RGE, através da Fundação CEEE, mantêm Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados. As Fundações CESP e CEEE adotam o "regime financeiro de capitalização" para cálculo das reservas técnicas. De acordo com esse regime financeiro, as contribuições correntes destinam-se à cobertura, a valor presente, dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a admissão nos planos, sendo que os benefícios relativos ao tempo anterior de serviço foram em parte cobertos pela CPFL por meio de contribuição inicial. **I – CPFL e CPFL Geração** – Em 27 de outubro de 1997, a Secretaria de Previdência Complementar, através do Ofício nº 726/SP/CGOF/COJ, aprovou o Regulamento do Plano Misto de Benefícios que transformou o plano de Benefício Definido, para Plano Misto, com as seguintes características: a) Constituição de um benefício saldado – BSPS, proporcional ao tempo de contribuição de cada participante do plano, no conceito de contribuição definida; b) Adoção de um modelo misto, que contempla as aposentadorias de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido e as aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição definida. **II – CPFL Piratininga** – A CPFL Piratininga, no contexto do processo de cisão da Bandeirante, assumiu a responsabilidade, pelas obrigações atuariais correspondentes aos empregados aposentados naquela empresa até a data da efetivação da cisão assim como obrigações correspondentes aos empregados ativos transferidos para a CPFL Piratininga. Em 02 de abril de 1998 a Secretaria de Previdência Complementar – SPC, aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante Energia S.A. (empresa predecessora da CPFL Piratininga), dando origem a um "Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldado – BSPS", e um "Plano de Benefícios Misto", similar ao da controladora, com as seguintes características: a) Plano de Benefício Definido ("BD") – vigente até 31.03.98 – plano de benefício saldado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia. b) Plano de Benefício Definido – vigente após 31.03.98 – plano do tipo BD, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31.03.98 na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31.03.98) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31.03.98. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é partilhada entre a CPFL Piratininga e os participantes. c) Plano de Contribuição Definida – implantado junto com o Plano BD Vigente após 31.03.98, é um plano previdenciário, que até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a CPFL Piratininga. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a poder gerar responsabilidade atuarial para a Companhia. **III – Rio Grande Energia S.A.** – O plano de suplementação é do tipo "Benefício Definido" com regime financeiro de capitalização. As patrocinadoras são responsáveis pela cobertura dos déficits apurados no plano de benefício da Fundação e conforme o § 2º da cláusula XXII do Regulamento da Fundação CEEE, a contribuição da patrocinadora será equivalente à totalidade das contribuições verdadeiras pelos participantes em um mesmo período. **Deliberação CVM nº 371 – Contabilização dos Planos de Pensão** – As controladas CPFL, CPFL Geração e CPFL Piratininga adotavam por prática contábil, até 31 de dezembro de 2000, registrar os seus compromissos relacionados aos déficits atuariais verificados nos planos de aposentadoria e pensão de seus funcionários, no ativo diferido. Com o advento da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, procedeu-se em 31 de dezembro de 2001 à reversão do passivo e do diferido, sendo que os déficits atuariais serão levados à resultado em 5 anos, correspondente às parcelas de obrigações excedentes em relação aos ativos dos planos de benefícios. Na avaliação atuarial dos planos foi adotado o método do crédito unitário projetado, estando os ativos dos planos posicionados em 31 de dezembro de 2001, conforme facultado pela Interpretação Técnica do IBRACON nº 01/01, referendada pela CVM através do Ofício Circular CVM/SEP/SNC/nº 01/2002. Demonstramos a seguir a situação dos Planos das controladas, com base em parecer do atuário, para o período findo em 2001, no que se refere aos riscos de morte e invalidez dos participantes, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº 371/00:

	Valores Proporcionais à Participação da Controladora nas Controladas				
	CPFL	CPFL Geração	RGE	CPFL Piratininga	Total
<b>a) Conciliação dos ativos e passivos</b>					
Valor justo dos ativos	322.968	8.248	15.295	58.178	404.689
Total do passivo atuarial	(557.357)	(14.063)	(25.348)	(111.845)	(708.613)
Obrigação atuarial registrado (Empréstimos e Financiamentos)	205.067	5.098	6.967	2.650	219.782
Passivo líquido a ser reconhecido no balanço	(29.322)	(717)	(3.086)	(51.017)	(84.142)
<b>b) Despesa prevista para 2002</b>					
Custo do Serviço	284	17	630	850	1.781
Custo dos Juros	86.613	2.185	2.380	17.381	108.559
Rendimentos esperado dos ativos	(86.484)	(2.193)	(1.436)	(9.041)	(99.154)
Amortização de serviços passados	5.864	143	2.010	10.733	18.750
Contribuição esperada dos empregados	-	-	(327)	(473)	(800)
	6.277	152	3.257	19.450	29.136

	CPFL	CPFL Geração	RGE	CPFL Piratininga
	<b>c) Premissas atuariais utilizadas</b>			
- Taxa de juros (desconto) para avaliação do custo do serviço corrente e da obrigação atuarial total	15,5% a.a.	15,5% a.a.	9,4% a.a.	15,5% a.a.
- Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	15,5% a.a.	15,5% a.a.	9,4% a.a.	15,5% a.a.
- Taxa de crescimento salarial	12,3% a.a.	12,3% a.a.	6,4% a.a.	12,3% a.a.
- Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	9% a.a.	9% a.a.	3,2% a.a.	9% a.a.
- Tábua geral de mortalidade	AT - 49 (qx)	AT - 49 (qx)	AT - 83	AT - 49 (qx)
- Tábua de entrada em invalidez	Light-Média (ix)	Light-Média (ix)	Light-Média (ix)	Light-Média (ix)
- Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB - 55 (qix)	IAPB - 55 (qix)	AT - 49 (qix)	IAPB - 55 (qix)
- Tábua de mortalidade de ativos: obtida pelo método de Hanza a partir dos valores adotados para qx / ix / qix.				

**29. EVENTOS SUBSEQUENTES – Plano de Reorganização Societária** – Em seguimento ao plano de reestruturação societária, em 08 de novembro de 2001, a Sociedade e a controlada CPFL Geração firmaram contrato de compra e venda de 23.450.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, representativas de 67% do capital total da controlada ENERCAN, bem como quaisquer outras ações de emissão da ENERCAN que vierem a ser subscritas e integralizadas pela Sociedade a partir da data do contrato. A efetivação deste contrato estava condicionada à aprovação da ANEEL que através da Resolução nº 96 de 25 de fevereiro de 2002, aprovou a efetivação da operação. A liquidação financeira do contrato se deu em 11 de março de 2002 pelo valor total de R\$ 122.966, gerando um ganho para Sociedade no valor de R\$ 8.278. Nesta mesma data a Sociedade e a controlada CPFL Geração firmaram contrato de compra e venda de 665 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, representativas de 66,66% do capital total da controlada Foz do Chapecó, de propriedade da Sociedade, bem como quaisquer outras ações de emissão da Foz do Chapecó que vierem a ser subscritas e integralizadas pela Sociedade a partir da data do contrato. A efetivação deste contrato estava condicionada à aprovação da ANEEL que através da Resolução nº 96 de 25 de fevereiro de 2002 aprovou a efetivação da operação. A liquidação financeira do contrato se deu em 11 de março de 2002 pelo valor total de R\$ 2.310, gerando um ganho para Sociedade no valor de R\$ 697. **Término do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica** – Considerando que os níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas das Regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, atualmente se encontram acima das correspondentes curvas-guia de segurança, a Resolução nº 117, de 19 de fevereiro de 2002, extinguiu, a partir de 1º de março de 2002, o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica nas regiões atendidas pelos Sistemas Interligados Nordeste e Sudeste/Centro-Oeste. Dessa forma, a partir de 1º março de 2002, o consumo na área de concessão das controladas CPFL e CPFL Piratininga passam a ser regidos pelas condições normais de mercado, sem nenhuma interferência do Programa de Racionamento imposto pelo Governo Federal.

...Continuação

VBC ENERGIA S.A. (Atual Denominação da Serra da Mesa Energia S.A.)

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

VBC Energia S.A.:

(1) Examinamos os balanços patrimoniais individuais (controladora) e consolidados da VBC ENERGIA S.A. (atual denominação da Serra da Mesa Energia S.A.) em 31 de dezembro de 2001 e 2000 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis da controlada indireta Rio Grande Energia S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e 2000, cujos ativos totais representavam, respectivamente, 8,2% e 15,8% dos ativos totais consolidados naquelas datas e as receitas operacionais representavam, respectivamente, 9,7% e 20,3% do total consolidado da Sociedade naquelas datas, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer foi emitido em 13 de março de 2002, contendo ressalva quanto ao diferimento de variações cambiais passivas líquidas no exercício de 2001. As demonstrações contábeis da controlada em conjunto Bandeirante Energia S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2000, cujos ativos totais e receitas operacionais naquela data representam 8,5% e 24,7% do total consolidado da Sociedade, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer foi emitido em 24 de janeiro de 2001, sem ressalvas. Nossa opinião, no que diz respeito aos valores dessas controladas incluídos nas demonstrações consolidadas e aos investimentos registrados pela equivalência patrimonial nas demonstrações individuais da controladora, está baseada exclusivamente no parecer desses auditores.

(2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

(3) As controladas Companhia Paulista de Força e Luz e Rio Grande Energia S.A. optaram pelo diferimento de variações cambiais passivas líquidas, de acordo com as Deliberações CVM nº 404/409. As práticas

contábeis geralmente aceitas no Brasil requerem que os efeitos de flutuações nas taxas de câmbio sejam reconhecidos no resultado, no período em que ocorreram. Como consequência, o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2001 e o resultado do exercício findo naquela data estão superavaliados em R\$ 19.571, já considerados os efeitos fiscais correspondentes.

(4) Em nossa opinião, baseados em nossos exames e no parecer de outros auditores independentes, exceto pelos efeitos do assunto comentado no parágrafo (3), as demonstrações contábeis referidas no parágrafo (1) representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da VBC Energia S.A. em 31 de dezembro de 2001 e 2000, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira.

(5) Conforme comentado nas Notas 2 e 10, as controladas registraram em suas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2001 ativos e passivos relacionados à comercialização de energia livre, com base em dados preliminares fornecidos pelo Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE. Adicionalmente, registraram contas a receber relacionadas à recomposição tarifária para o período de racionamento, bem como diferimento relativo à variação de valores da Parcela 'A' (CVA) decorrentes da aplicação da Medida Provisória 14 (ainda sujeita à aprovação do Congresso Nacional), Resolução 90 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e Resolução 91 da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE. Esses valores serão realizados através de aumentos tarifários extraordinários, já aprovados por resoluções específicas da ANEEL, bem como através de inclusão da CVA na análise anual dos reajustes de suas tarifas, e ambos estão pendentes de revisão e homologação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

São Paulo, 25 de março de 2002

ARTHUR ANDERSEN S/C  
CRC 2SP000123/O-1  
Maurício Pires de Andrade Resende  
Sócio-Diretor Responsável  
Contador – CRC 1MG049699/S-9



**ANDERSEN**

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Mário da Silveira Teixeira Junior**  
Presidente do Conselho

Conselheiros

**Carlos Ermirio de Moraes**  
**João Carlos Hachmann**  
**José Said de Brito**  
**Raphael Antonio Nogueira de Freitas**

Luiz Maurício Leuzinger

**Márcio José Ferreira**  
Contador – CRC 1RJ060113/S-4